

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Thiago Wisintainer da Silva

APLICAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA NOS ÓRGÃOS
PÚBLICOS DE SANTA CATARINA: um estudo de caso na
Secretaria de Estado da Fazenda

Florianópolis, 2004

Thiago Wisintainer da Silva

**APLICAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA NOS ÓRGÃOS
PÚBLICOS DE SANTA CATARINA: um estudo de caso na
Secretaria de Estado da Fazenda**

Trabalho de conclusão de curso
submetido ao Departamento de
Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Guilherme Júlio da Silva, M. Sc.

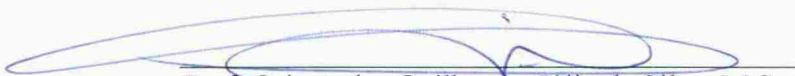
Florianópolis, 2004

THIAGO WISINTAINER DA SILVA

**APLICAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA NOS ÓRGÃOS
PÚBLICOS DE SANTA CATARINA: um estudo de caso na
Secretaria de Estado da Fazenda**

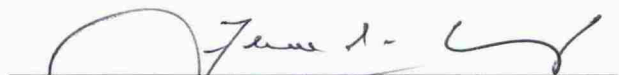
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 8,5, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Compuseram a banca:



Prof. Orientador Guilherme Júlio da Silva, M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,0



Prof. Flávio da Cruz
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,10



Prof. Nivaldo João dos Santos
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,65

Florianópolis, 19 de dezembro de 2004.



Prof. Luiz Felipe Ferreira
Coordenador de Monografia - UFSC

Dedico este trabalho aos meus pais
Vilson e Nair e a todos os meus
familiares.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Manifesto minha imensa gratidão a todas elas e de forma particular:

- ao Professor Guilherme Júlio da Silva, que mesmo afastado do Departamento orientou-me na elaboração deste trabalho;
- aos professores do Departamento de Ciências Contábeis, que contribuíram para minha formação;
- a Juliana Vieira de Souza, pelo estímulo e pela ajuda nas horas difíceis;
- aos meus pais e irmãs, pelo apoio permanente e incondicional;
- aos meus amigos de curso, pelos momentos de saudável convivência e por toda ajuda e compreensão no decorrer desta caminhada que ora se encerra.

RESUMO

SILVA, Thiago Wisintainer da. **Aplicação da Lei Orçamentária nos Órgãos Públicos de Santa Catarina**: um estudo de caso na Secretaria de Estado da Fazenda, 2004/2, 70 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

O orçamento público controla e fiscaliza as atividades do Estado, através do qual a população pode saber onde os recursos arrecadados são aplicados e de que forma esses valores estão ajudando no desenvolvimento da sociedade. No Brasil a Lei que tem como finalidade o controle do dinheiro publico é a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que classifica as receitas e as despesas de maneira a controlar as entradas e as saídas das contribuições feitas pela população. As despesas e as receitas englobam um sistema importante, em que se interligam pela ação do Estado, cobrando tributos, distribuindo recursos em atividades em que a iniciativa privada não está presente e na distribuição de renda. Na busca de um controle efetivo das contas públicas, tem-se a classificação de todas essas ações governamentais. O orçamento em estudo é o da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina dos anos 2002 e 2003.

Palavras-chave: Orçamento Público, Lei 43020/64, Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo da Receita Total Orçada com a Receita Arrecadada 2002 e 2003.....	42
Gráfico 2 – Comparativo entre as Receitas Correntes e as Receitas de Capital 2002 e 2003.....	44
Gráfico 3 – Valores Orçados para as Receitas Correntes e Receitas de Capital 2002.....	45
Gráfico 4 – Valores Orçados para as Receitas Correntes e para Receitas de Capital 2003.....	45
Gráfico 5 – Valores Arrecadados das Receitas Correntes e Receitas de Capital – 2002.....	46
Gráfico 6 – Valores Arrecadados das Receitas Correntes e Receitas de Capital – 2003.....	46
Gráfico 7 – Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total da Receita (Valores Orçados 2002).....	50
Gráfico 8 – Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total da Receita (Valores orçados 2003).....	50
Gráfico 9 – Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total das Receitas (Valores Arrecadados 2002).....	51
Gráfico 10 – Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total da Receita (Valores Arrecadados 2003).....	51
Gráfico 11 – Comparativo da Despesa Orçada e a Realizada 2002 – 2003.....	57
Gráfico 12 – Comparativo entre as despesas Correntes e as Despesas de Capital – Valores Orçados e Realizados 2002 – 2003.....	59
Gráfico 13 – Comparativo da Despesa Orçada 2002 – 2003	63
Gráfico 14 – Comparativo da Despesa Realizada 2002 – 2003.....	64

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal de 1998
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PPA	Plano Plurianual
QDD	Quadro de Detalhamento de Despesas
SEF	Secretaria de Estado da Fazenda
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	6
LISTA DE SIGLAS.....	7
CAPÍTULO I.....	10
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVO GERAL.....	11
1.4 OBJETIVO ESPECÍFICO	11
1.5 JUSTIFICATIVA	12
1.6 METODOLOGIA	13
1.7 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	16
1.8 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	16
CAPÍTULO II.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	17
2.1.1 Princípios Orçamentários.....	19
2.1.2 Tipos de Orçamento	21
2.1.3 Orçamento-programa.....	21
2.1.4 Orçamento Tradicional.....	22
2.2 ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO.....	23
2.2.1 Plano Plurianual.....	23
2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.....	26
2.2.3 Prazo Para Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.....	27
2.2.4 Lei Orçamentária Anual – LOA.....	27
2.2.5 Prazo para Elaboração e Vigência da LOA	28
2.3 ETAPAS DA TRAMITAÇÃO DE UM ORÇAMENTO	29

CAPÍTULO III.....	34
3 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA.....	34
3.1 RECEITA GOVERNAMENTAL	40
3.3.1 Comparativo entre Receitas Orçadas e Realizadas por Categoria Econômica 2002 – 2003	44
3.3.2 Análise das Receitas Orçadas e das Arrecadadas por Fontes de Recursos 2002 – 2003.....	48
3.4 DESPESA GOVERNAMENTAL	54
3.4.1 Comparativo entre a Despesa Orçada e a Realizada nos anos 2002 e 2003	57
3.4.2 Comparativo entre as Despesas Correntes e de Capital por Categoria Econômica	59
3.4.3 O Comportamento das Despesas Correntes e de Capital por Subcategorias Econômicas.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXOS.....	70

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O crescimento da economia e a evolução da própria sociedade exigem cada vez mais do poder público quanto ao bem-estar social, devido ao surgimento de grupos sociais que reivindicam do governo condições satisfatórias de vida. Esse bem-estar social está relacionado com a necessidade dos serviços públicos que devem ser prestados para atender a população em geral.

Mas a busca dessa satisfação depende de quanto se arrecada. O setor industrial, o comércio e as prestadoras de serviços são os grandes geradores de riquezas nessa área, e quanto mais crescem, maior é a fatia com que contribuem para os cofres públicos em forma de impostos e de tarifas que pagam.

Mas não basta crescer, há que buscar alternativas para o emprego correto das receitas, de modo a atender as necessidades públicas, como: segurança, saúde educação, habitação, saneamento, urbanismo etc.

O bom emprego dos recursos arrecadados, de forma transparente, é o caminho para a administração pública atingir uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. Nesse sentido, o tema desta pesquisa é: Aplicação da lei orçamentária nos órgãos públicos de Santa Catarina: um estudo de caso na Secretaria de Estado da Fazenda.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A monografia pretende responder ao seguinte questionamento:

De acordo com a lei orçamentária vigente, como o orçamento público está sendo aplicado na Secretaria de Estado da Fazenda?

1.3 OBJETIVO GERAL

Compreender quais critérios devem ser abordados para executar o orçamento dentro de um órgão público do Estado de Santa Catarina, destacando-o como instrumento de política governamental, a fim de demonstrar sua evolução e a gestão dos recursos públicos para os anos de 2002 e 2003.

1.4 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Apresentar os conceitos de orçamento;
- abordar a sua estruturação na Secretaria da Fazenda Estadual;
- analisar a evolução da receita e da despesa compreendida nos anos de 2002 e 2003 em Santa Catarina;

- demonstrar a importância, dentro das políticas governamentais, das receitas e das despesas.

1.5 JUSTIFICATIVA

No decorrer da história do Brasil o orçamento assumiu diferentes funções no âmbito da administração pública. De simples instrumento de anotação das receitas e gastos do governo a parte integrante de um processo de planejamento passaram-se muitos anos. Entretanto, observa-se, ainda hoje, na prática, que muitos persistem em atribuir ao processo orçamentário funções meramente burocráticas, que priorizam a forma em detrimento do conteúdo.

Deste modo, o que deve ser enfatizado no processo de elaboração do orçamento não são os textos, as classificações ou as demonstrações que o integram, mas as intenções do Governo e os meios para executá-las em determinada comunidade, assegurando que o planejado e o orçado se concretizem e que o orçamento deixe de ser encarado como “ficção”, devido à sua pouca observância na prática.

Cada vez que o Estado edita uma lei orçamentária está intervindo na vida do cidadão ou de determinada coletividade regional, pois prevê a receita que deve ser arrecadada e fixa a despesa a ser executada. Em face desse poder intervencionista, o orçamento público se reveste de suma importância para a gestão econômica e financeira do Estado.

Lamentavelmente, não raro são distorcidos os objetivos que devem pautar a elaboração da proposta orçamentária, com vistas a utilizar aquele elemento de poder para intervir, decisivamente, neste ou naquele segmento social.

A falta de um planejamento alicerçado numa definição clara das atividades e dos projetos estratégicos a serem desenvolvidos, aliados ao não-direcionamento para uma meta ou resultado a alcançar, propiciam condições para orçamentos com previsões irreais, impossíveis de serem executadas na íntegra e, por isso, vão sendo manipulados na escolha das prioridades por quem detém o poder de executá-los.

Pretende-se, aqui, analisar a estrutura orçamentária que vem sendo utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, com o objetivo de verificar a forma de aplicação dos recursos do governo.

1.6 METODOLOGIA

O termo metodologia significa estudo de métodos, ou dos instrumentos necessários para construção de uma pesquisa científica. Segundo Demo (1987, p.12), ela “adquire o nível de típica discussão teórica, inquirindo criticamente sobre as maneiras de se fazer ciência. Sendo algo instrumental, dos meios, não tem prioridade direta, mas é fundamental para utilidade da produção científica”.

Dentro desse contexto, os métodos são um conjunto de regras e procedimentos adotados para realizar uma pesquisa. Durante a sua realização, é importante que se tenha domínio do assunto a ser pesquisado.

O conhecimento é o caminho pelo qual se consegue compreender determinados fatos e situações. Segundo Barros e Lehfeld (1986, p.48), conhecimento é “o resultado de um processo histórico que supõe necessariamente formas progressivas de educação, evolução e desenvolvimento, abrangendo sempre em todas as circunstâncias biopsicossociais do homem”.

Dentre as inúmeras formas de conhecimento destaca-se o conhecimento científico, que, segundo Lakatos e Marconi (1990, p.17), “consiste na evidência dos fatos observados e experimentalmente controlados”.

A monografia é um trabalho científico escrito definida por Lakatos e Marconi (1990, p. 150) como “um estudo de caso sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a uma rigorosa metodologia”.

Um trabalho monográfico é constituído por métodos, que segundo Lakatos e Marconi (1990, p. 82) “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

A etapa inicial do método é o aparecimento de problemas e perguntas, que desencadearão a pesquisa, que, por sua vez, encontrará as respostas através de estudos e do conhecimento.

De acordo com Demo (1987, p. 34), pesquisa é “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Diversas são as formas de classificar as pesquisas. Neste trabalho foi utilizada a classificação da pesquisa quanto aos seus objetivos, enquadrando-a como pesquisa exploratória. Gil (1996, p. 45) define pesquisa exploratória como aquela “que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Visando atender os objetivos do presente estudo, utilizou-se para a pesquisa a abordagem qualitativa. Para Trivinõs (1987, p. 121) “a abordagem qualitativa objetiva a compreensão da dinâmica do fenômeno em estudo, importando desta forma, a consideração e análise de todos os dados da sua realidade”. Explica que a pesquisa qualitativa busca descrever não somente a aparência de um fenômeno, mas também a sua origem, visando através das causas da sua experiência, explicar, em origem, suas relações e suas mudanças.

De acordo com os procedimentos técnicos aqui utilizados, este trabalho se enquadra em estudo de caso, pois como ensina Gil (1996, p. 58), o estudo de caso é caracterizado “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Optou-se pelo estudo de caso porque se pretende avaliar os procedimentos na utilização do orçamento público em relação aos conceitos difundidos na prática. A escolha do órgão recaiu sobre a Secretaria da Fazenda Estadual, pela facilidade de acesso mais

A função principal do orçamento é o controle dos recursos com que a sociedade terá de contribuir para manter em funcionamento os serviços públicos necessários ao atendimento das necessidades econômicas e sociais da população, bem como da aplicação desses recursos por parte do Estado.

Para Silva (1996), orçamento é um plano de trabalho governamental expresso em termos monetários, que evidencia a política econômico-financeira do Governo e em cuja elaboração foram observados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da especificação.

O orçamento é, portanto, um processo de planejamento contínuo e dinâmico de que o Estado se utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho, para determinado período. Ele abrange a manutenção das atividades do Estado, o planejamento e a execução dos projetos estabelecidos nos planos e programas de Governo.

De acordo com Cruz (1988, p. 24), no setor público diversas são as finalidades do orçamento, entre as quais destacam:

- a) estabelecer limites para a receita e a despesa do exercício seguinte;
- b) instrumentalizar financeiramente o planejamento;
- c) prever o balanço do exercício;
- d) autorizar ao Poder Executivo, por certo período, a realização de uma programação definida;
- e) possibilitar aos órgãos de representação um controle político sobre os Executivos;
- f) expressar, num plano, o programa de operações do governo e os meios necessários para sua implementação, etc.

O orçamento apresenta vários aspectos. Contabilmente ele é uma demonstração que equilibra, de um lado, a origem do montante dos recursos, e, do outro, a natureza e o

montante das despesas. Já do ponto de vista administrativo, ele demonstra um programa de trabalho para um período. Juridicamente, apresenta-se como a forma legal das receitas previstas e das despesas fixadas.

Já no aspecto político, o orçamento é tratado como compromisso de governo, em que autoridades e contribuintes estabelecem uma aliança para atingir objetivos e alcançar metas.

2.1.1 Princípios Orçamentários

O orçamento é dividido em duas partes ou seções separadas – Receita e Despesa – tanto no aspecto jurídico, como no aspecto contábil.

Para a elaboração da proposta orçamentária deverão ser observados os seguintes princípios, de acordo com o Manual Técnico de Orçamento (2004, p.12).

- a) Unidade - O orçamento deve constituir-se em uma só peça, indicando as receitas do Estado e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário. Todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária, independente da descentralização institucional e financeira das atividades governamentais, realizada pela criação de entidades autárquicas ou outros organismos descentralizados.
- b) Programação - O orçamento deve ter o conteúdo e a forma de programação, que é a expressão dos programas de cada um dos órgãos e entidades da administração pública estadual.
- c) Universalidade – Devem ser previstas no orçamento todas as receitas e despesas a serem realizadas no exercício financeiro.
- d) Exclusividade – O orçamento não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para

a abertura de créditos suplementares até determinado limite e para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, além da indicação da fonte de recursos para cobertura de déficit, quando for o caso.

- e) Anualidade – O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, coincidente com o ano civil.
- f) Não-afetação da receita – Todas as receitas do Estado devem ser recolhidas ao caixa único do Tesouro, sem discriminação quanto à sua destinação.
- g) Clareza - O orçamento deve ser expresso de forma clara, ordenada e completa.
- h) Equilíbrio – O orçamento deve manter o equilíbrio entre as receitas estimadas e as despesas fixadas. A Constituição de 1988, contudo, admite que o déficit orçamentário seja evidenciado pela classificação das contas orçamentárias, embutido nas operações de crédito, que incluem os financiamentos de longo prazo, desde que não excedam o montante das despesas de capital previstas.

Cada vez que o Estado edita uma lei orçamentária está intervindo na vida do cidadão ou de determinada coletividade regional, posto que prevê a receita que deve ser arrecadada (carga tributária), e fixa a despesa a ser executada (prestação de serviços e execução de obras). Em face desse poder intervencionista, o orçamento público se reveste de sua importância para a gestão econômica e financeira do Estado.

É através desses princípios que o Orçamento Público funciona como instrumento de controle de governo, subordinando-se a essas regras estabelecidas.

2.1.2 Tipos de Orçamento

De acordo com a definição de Silva (1996), o orçamento é elaborado conforme o regime político vigente, daí dizer-se que os orçamentos variam segundo a forma de governo e podem ser classificados em três tipos, como se descreve a seguir.

- a) **Legislativo** - orçamento cuja elaboração, votação e aprovação competem ao Poder Legislativo, cabendo ao Executivo executá-lo; é utilizado em países parlamentaristas.
- b) **Executivo** - orçamento cuja elaboração, aprovação, execução e controle competem ao Poder Executivo; é utilizado em países onde impera o poder absoluto.
- c) **Misto** - orçamento elaborado e executado pelo Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo a sua votação e controle. É utilizado pelos países onde as funções legislativas são exercidas pelo Congresso ou Parlamento, sendo sancionado pelo chefe do Poder Executivo.

2.1.3 Orçamento-programa

O orçamento-programa é um plano de trabalho no qual são detalhados os programas e despesas que se pretende realizar durante o exercício financeiro, evidenciando

a política econômica do governo. Nele são demonstrados os propósitos, objetivos e metas para os quais a administração solicita os recursos necessários, identificando os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem o desembolso e o trabalho efetivamente realizado dentro de cada programa.

Segundo Pires (2002, p. 73), são características básicas de um orçamento-programa:

- recursos orçamentários necessários para atingir objetivos e metas;
- instrumento de planejamento que permite acompanhar, avaliar e controlar a execução orçamentária;
- fixação de metas para as receitas e despesas com o fim de atender às necessidades econômicas e sociais da população;
- identificação dos meios ou insumos (pessoal, material, equipamentos, serviços, etc.) necessários para obtenção dos resultados;
- principal critério de classificação – funcional – programática.

O orçamento-programa se caracteriza por ser o instrumento que faz a ligação entre o planejamento e as funções administrativas de execução, acompanhamento, avaliação e controle.

2.1.4 Orçamento Tradicional

O orçamento tradicional era utilizado pelo Estado como um instrumento para mostrar as receitas previstas e as despesas autorizadas. Um de seus objetivos era o de possibilitar aos órgãos do Legislativo um controle político sobre os gastos públicos, equilibrando as receitas e as despesas, evitando a expansão da despesa pública.

Segundo Angélico (1986, p. 34), “denominamos *orçamento tradicional* aquele que se elaborava antes do advento do orçamento-programa. Tratava-se de um simples relacionamento das receitas a arrecadar e das despesas de custeio”.

Nesse caso, se o montante das receitas fosse superior ao montante das despesas, a diferença positiva seria aplicada na criação de novos serviços ou na ampliação e no aprimoramento de serviços já em funcionamento.

O orçamento tradicional preocupava-se, basicamente, com as questões tributárias, deixando de lado os aspectos econômicos e sociais, e considerava a despesa pública apenas como meio necessário para se alcançarem os fins pretendidos. Para possibilitar o controle das despesas, era classificado:

- por unidade administrativa;
- por objeto ou item da despesa.

2. 2 ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

2.2.1 Plano Plurianual

Para a elaboração do orçamento, o primeiro passo é o Plano Plurianual (PPA), representando o planejamento da administração a curto e médio prazo, norteador a

elaboração de propostas orçamentárias para os próximos quatro exercícios. Esse plano foi incorporado pela Constituição de 1988.

O Plano Plurianual é o documento que detalha o processo de planejamento e contempla as ações que deverão ser implementadas no período de quatro anos, a fim de proporcionar à sociedade um melhor desenvolvimento. Nesse sentido, o planejamento deve ser dinâmico, com diretrizes, objetivos, metas, indicadores de desenvolvimento e cronogramas de execução em constante avaliação, com a finalidade de acompanhar a efetiva execução do planejamento.

O plano plurianual é um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações de governo que levam ao atingimento dos objetivos e das metas fixadas para um período de quatro anos. É estabelecido em lei de iniciativa do Poder Executivo e expõe, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, devendo abranger um período que compreende, inclusive, o primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.

De acordo com a Lei nº 4.320, em seu art.22, a proposta do plano plurianual compor-se-á de:

- I – mensagem, que conterá:
 - a) diagnóstico da situação existente, indicando a necessidade da ação governamental;
 - b) no caso da União, modelo de consistência macroeconômica evidenciando as repercussões das políticas econômica e fiscal propostas para o período do plano;
 - c) exposição circunstanciada do plano e de seus objetivos, incluindo, no caso da União, as políticas setorial, regional e social propostas para o período;

- II – projeto de lei do plano plurianual, que conterá as diretrizes e os demonstrativos que atendam ao previsto no art.10, no seu parágrafo único: Acompanharão a mensagem estudos que avaliem, retrospectivamente e em relação ao período do plano plurianual:
- I – a execução dos planos de governo, destacando o cumprimento do plano plurianual em vigor;
- II – as receitas e as despesas, destacando o impacto sobre elas das principais variáveis econômicas e os critérios usados nas suas estimativas;
- III – as necessidades de financiamento, indicando os meios, tendo como referência a capacidade de endividamento público e os limites legais, se houver;
- IV – a dívida pública, interna e externa evidenciando os reflexos da política monetária;
- V - as desigualdades inter-regionais, aferidas mediante indicadores de desenvolvimento econômico e social e da representatividade na população dos segmentos carentes de ações específicas do governo.
- VI - a política de investimentos públicos, em seus aspectos setorial, regional e social;
- VII – a política de previdência social;
- VIII – a política tributária e de contribuições, destacando o efeito de isenções e de quaisquer outros benefícios sobre as receitas;
- IX - a política de fomento das agências financeiras oficiais de créditos;
- X - a política de pessoal, quanto aos gastos, ao número de servidores, à respectiva remuneração e ao atendimento do que dispõe o art. 169 da Constituição Federal;
- XI – a política de subsídios e demais benefícios financeiros e creditícios, tanto explícitos como implícitos, concedidos pela administração pública;
- XII – o setor empresarial estatal.

Segundo o art. 165 da Constituição Federal de 1988, a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de forma continuada.

A proposta do Plano Plurianual será encaminhada pelo chefe do Poder Executivo (art.165, I, da CF /88) ao Poder Legislativo até o primeiro dia útil do mês de agosto do primeiro ano de mandato, para apreciação, devendo compô-la: a proposta, a mensagem e o projeto de lei do plano plurianual.

2.2.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias comanda a elaboração dos orçamentos anuais (fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas), adequando-os aos objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no plano plurianual. Pode-se dizer também que norteia as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, dispondo inclusive sobre alterações na legislação tributária e outras.

As diretrizes orçamentárias visam estabelecer regras, indicar prioridades e fixar metas para o Governo e para a administração pública, que servirão de orientação para a elaboração, execução e retificações da lei orçamentária anual. As disposições sobre alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento também deverão estar previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São conteúdos operacionais que devem estar dispostos de forma clara na Lei de Diretrizes Orçamentárias: o equilíbrio entre as receitas e as despesas, ou seja, a programação das despesas que tenham o efeito de suporte financeiro, decorrente do fluxo de receita previsto; a limitação dos gastos por meio de critérios rigorosos para a limitação do empenho; a limitação das despesas dos poderes, a destinação específica para os recursos provenientes das operações de crédito, a avaliação de resultados e a fixação de critérios para a transferência de recursos são conteúdos operacionais que devem estar dispostos de forma clara na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

2.2.3 Prazo Para Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, na União, deve ser encaminhado na data definida na Constituição Federal, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), art.35, § 2º, I, ou seja, até oito meses e meio (15 de abril de cada ano) antes do encerramento do exercício financeiro, e deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Nos Estados e nos Municípios deverão ser observados os prazos previstos nas suas respectivas constituições e leis orgânicas. A vigência da LDO é de um ano, ou seja, ela restringe-se ao norteamento da elaboração e execução do orçamento do exercício subsequente ao de sua aprovação.

2.2.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

A LOA é uma lei que torna operacional todo o planejamento governamental relativo à previsão da receita e à fixação da despesa para determinado período de tempo, respeitados alguns princípios básicos, principalmente o princípio do equilíbrio. Embora toda lei orçamentária seja elaborada de forma equilibrada (previsão de receita igual ao montante da fixação da despesa), nada impede que ela seja deficitária. Contudo, em caso de déficit, é necessário indicar as fontes de recursos que irão supri-lo (operações de crédito), conforme determina o § 1º do art. 7º da Lei nº 4.320/64. Como faz parte do planejamento

operacional, é importante instrumento de administração e de execução dos planos gerais de desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com o Art. 165 da Constituição Federal, a Lei Orçamentária compreenderá:

- I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos da administração pública direta e indireta;
- II – o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado direta ou indiretamente, determina a maioria do capital social com direito a voto.
- III – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração pública direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Embora a lei orçamentária anual consolide os três orçamentos indicados, a compreensão dos limites existentes no tocante à programação das despesas e de cada orçamento é de suma importância para a correta apresentação da proposta orçamentária.

2.2.5 Prazo para Elaboração e Vigência da LOA

Os prazos de encaminhamento da proposta orçamentária, da União, foram estabelecidos pelo art. 35 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que define a data limite de 31 de agosto de cada ano para o encaminhamento da proposta orçamentária, pelo chefe do Poder Executivo.

O § 5º do artigo 166 da Constituição Federal estabelece uma exceção a essa regra, quando possibilita ao Presidente da República encaminhar mensagem propondo retificações no projeto de lei, desde que ainda não tenha sido iniciada a votação, pela comissão mista, da parte sobre a qual estão sendo propostas as alterações.

A aprovação do projeto de lei orçamentária anual com as respectivas emendas parlamentares aprovadas no âmbito da comissão mista deve acontecer em sessão conjunta das duas casas do Congresso Nacional até o encerramento da sessão legislativa de cada exercício, cuja data limite é 15 de dezembro, quando o projeto deverá ser devolvido ao chefe do Poder Executivo para sanção da Lei Orçamentária Anual.

Ao ser sancionada pelo chefe do Poder Executivo, a Lei Orçamentária Anual estará autorizando cada unidade orçamentária a realizar a despesa. Para ser iniciado o processo de execução orçamentária, é necessário definir os procedimentos de programação financeira, que é o instrumento que irá regular a execução do orçamento. A LOA tem como principal objetivo manter o equilíbrio das finanças públicas.

2.3 ETAPAS DA TRAMITAÇÃO DE UM ORÇAMENTO

O processo de elaboração e discussão da proposta orçamentária desenvolve-se praticamente durante todo o ano, a fim de permitir que o orçamento seja executado a partir do início do exercício financeiro seguinte. Trata-se de processo complexo e de difícil estruturação, em face da grande quantidade de pessoas envolvidas e sua adequação a cada

realidade. Todavia, à medida que se vão desenrolando as etapas desde a pré-proposta até o orçamento propriamente dito, com a liberação parcial do Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) consegue-se demonstrar satisfatoriamente cada aplicação dos recursos.

O orçamento é elaborado pelos três poderes da República e consolidado pelo Poder Executivo. Ele precisa ser equilibrado, ou seja, não pode fixar despesas em valores superiores aos recursos disponíveis. Essa limitação obriga o governo a definir prioridades na proposta orçamentária, que são definidas pelo Plano Plurianual e priorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O projeto do Plano Plurianual (PPA) deve ser elaborado pelo governo e encaminhado ao Congresso, para ser discutido e votado, até o dia 31 de agosto do primeiro ano do mandato de cada presidente, como determina a Constituição. Depois de aprovado, o PPA é válido para os quatro anos seguintes e estabelece as diretrizes, objetivos e metas, regionalizadamente, da administração pública.

A finalidade do PPA, em termos orçamentários, é estabelecer objetivos e metas que comprometam o Poder Executivo e o Poder Legislativo a dar continuidade aos programas na distribuição dos recursos. O PPA precisa ser aprovado pelo Legislativo até o final do primeiro ano do mandato do governante eleito. Sua execução é controlada e fiscalizada pelo sistema de controle interno do Poder Executivo e pelos Tribunais de Contas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prioriza as metas do PPA e orienta a elaboração do Orçamento Geral, que terá validade para o ano seguinte. O projeto da LDO é elaborado pelo Poder Executivo e precisa ser encaminhado ao Legislativo até o dia 15 de

abril de cada ano. O projeto da LDO tem como base o PPA e deve ser apreciado pelo Legislativo até 30 de junho de cada exercício. Depois de aprovado, o projeto é sancionado.

Com base na LDO, é elaborada a proposta orçamentária para o ano seguinte, com a participação dos órgãos setoriais e as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário. Por determinação constitucional, o governo é obrigado a encaminhar o projeto de lei do orçamento ao Legislativo até o dia 31 de agosto de cada ano.

Formalizando o desenvolvimento final e elaborando todos os demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320 e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias pode-se dizer que o processo orçamentário desenvolve-se baseado nas seguintes etapas:

- a) distribuição de orientação aos diversos setores responsáveis pelo sistema orçamentário, quanto a prazos, conceitos, legislação vigente e metodologia de elaboração da LOA;
- b) previsão das receitas a serem arrecadadas no exercício de execução do orçamento e para os dois exercícios seguintes, segundo as normas para a previsão da receita ditadas pela Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;
- c) verificação dos percentuais de participação de cada órgão/entidade do governo no orçamento geral do ente da federação;
- d) as estimativas de receita aos Poderes serão encaminhados até 30 dias antes do prazo do projeto de lei orçamentária; as estimativas de receita deverão ser remetidas aos demais Poderes, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas para que esses elaborem suas propostas orçamentárias;

- e) distribuição das quotas de receita para cada um dos órgãos e entidades do Poder Executivo para elaboração das respectivas propostas orçamentárias;
- f) consolidação das propostas dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta;
- g) ajustes em relação à previsão das receitas com vista ao equilíbrio orçamentário, pois, via de regra, as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são escassos;
- h) elaboração da mensagem e encaminhamento da proposta de LOA ao Poder Legislativo;
- i) análise, discussão e elaboração da redação final da LOA pela comissão mista composta por deputados e senadores (no âmbito federal), para aprovação final;
- j) discussão e votação da redação final da LOA pelo Congresso Nacional;
- l) sanção, com veto, da LOA pelo Presidente da República: ele recebe a LOA, sanciona a Lei (com ou sem vetos) e publica;
- m) em até 30 dias da publicação da LOA, o Poder Executivo elabora a programação anual de desembolso mensal, de que trata o art. 8º da LRF;
- n) execução das despesas autorizadas na LOA pelos órgãos e entidades.

Tem-se, assim, a execução orçamentária baseada nessas etapas onde se adapta o orçamento a cada um dos planos de governo estabelecidos por nossos governantes.

No próximo capítulo será abordado o orçamento na Secretaria de Estado da Fazenda, demonstrando a execução das receitas e das despesas para os anos de 2002 e 2003.

CAPÍTULO III

3 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

A história da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina começou exatamente no dia 21 de março de 1837, quando a Lei Nº. 56 criou a Provedoria da Província de Santa Catarina, subordinada ao Presidente da Província, destinada a administrar, arrecadar, distribuir, contabilizar e fiscalizar todas as rendas públicas provinciais. Ao longo desse período de mais de 160 anos, essa pasta passou por inúmeras transformações. A dinamicidade do processo pode ser expressa, por exemplo, nos vários nomes com que foi identificada.

1850 – pela Lei nº 304, de 12 de abril, a Secretaria passou a chamar-se Administração da Fazenda Provincial de Santa Catarina.

1893 – pela Lei nº 109, transformou-se em Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1898 – pela Lei nº 328, de 23 de setembro, a Secretaria dos Negócios da Fazenda subdividiu-se em duas: a Secretaria do Interior e Justiça e a Secretaria de Obras Públicas e Finanças com uma Diretoria de Fazenda.

1899 – pela Lei nº 445, de 13 de outubro, passou a denominar-se Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1901 – a Lei nº 518, de 4 de setembro, cria a Secretaria Geral dos Negócios do Estado, centro de todo o serviço administrativo e restabelece o "Thesouro do Estado".

1907 – o Decreto nº 319, de 15 de março, durante o Governo Gustavo Richard, determinou que a Administração da Fazenda passaria a ser composta pelo Tesouro do Estado, como repartição central e pelas estações fiscais como subsidiárias.

1918 – com a Lei nº 1.196, de 26 de setembro, a Secretaria Geral dos Negócios do Estado divide-se em Secretaria do Interior e Justiça e Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.

1935 – pela Lei nº 13, de 14 de novembro, a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi desvinculada da Fazenda e Agricultura.

1939 – Decreto Lei nº 393, de 19 de dezembro, transfere as questões da Agricultura para outra pasta, ficando os serviços de Inspeção e Coletoria para a Secretaria dos Negócios da Fazenda.

1968 – com a Lei nº 4.262, de 28 de dezembro, a Secretaria passa por um processo de reorganização, que define suas atribuições como execução da política financeira do Governo, a realização da receita e despesas públicas, a guarda de valores e tudo o que diz respeito às finanças estaduais na forma fixada em regulamento.

1969 – a Lei nº 8.212, de 1 de agosto, cria o Departamento de Fiscalização da Fazenda.

1970 – a Lei nº 4.547, de 31 de dezembro, dispõe sobre a Reforma Administrativa do Estado, atribuindo-lhe o nome de Secretaria da Fazenda.

1975 – a Lei nº 5.089, de 30 de abril, dispõe sobre a Organização da Administração Estadual e estabelece diretrizes para a modernização administrativa, permanecendo a Secretaria com a mesma denominação.

1976 - o Decreto nº 402, de 06 de junho, dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria.

1978 – o Decreto nº 4.770 e o nº 4.771 de 12 de abril, respectivamente, dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria da Fazenda e aprova o Regimento Interno da Secretaria, com nominata de cargos de provimento em comissão.

1987 – o Decreto nº 190 de 25 de junho, cria e transforma órgãos na estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda; extingue a Coordenadoria do Tesouro e CIEF (Cadastro de Informações Econômico-Fiscais); transforma a CAFCA (Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria) em COAFI (Coordenação de Administração Financeira).

1991 – a Lei nº 8.245, de 18 de abril, dispõe sobre a reforma Administrativa do Estado, que extingue a Secretaria da Fazenda e cria a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda (art. 36).

1995 – a Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro, dispõe sobre a organização da Administração Pública, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa do Poder

Executivo, extingue a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda e cria a Secretaria de Estado da Fazenda.

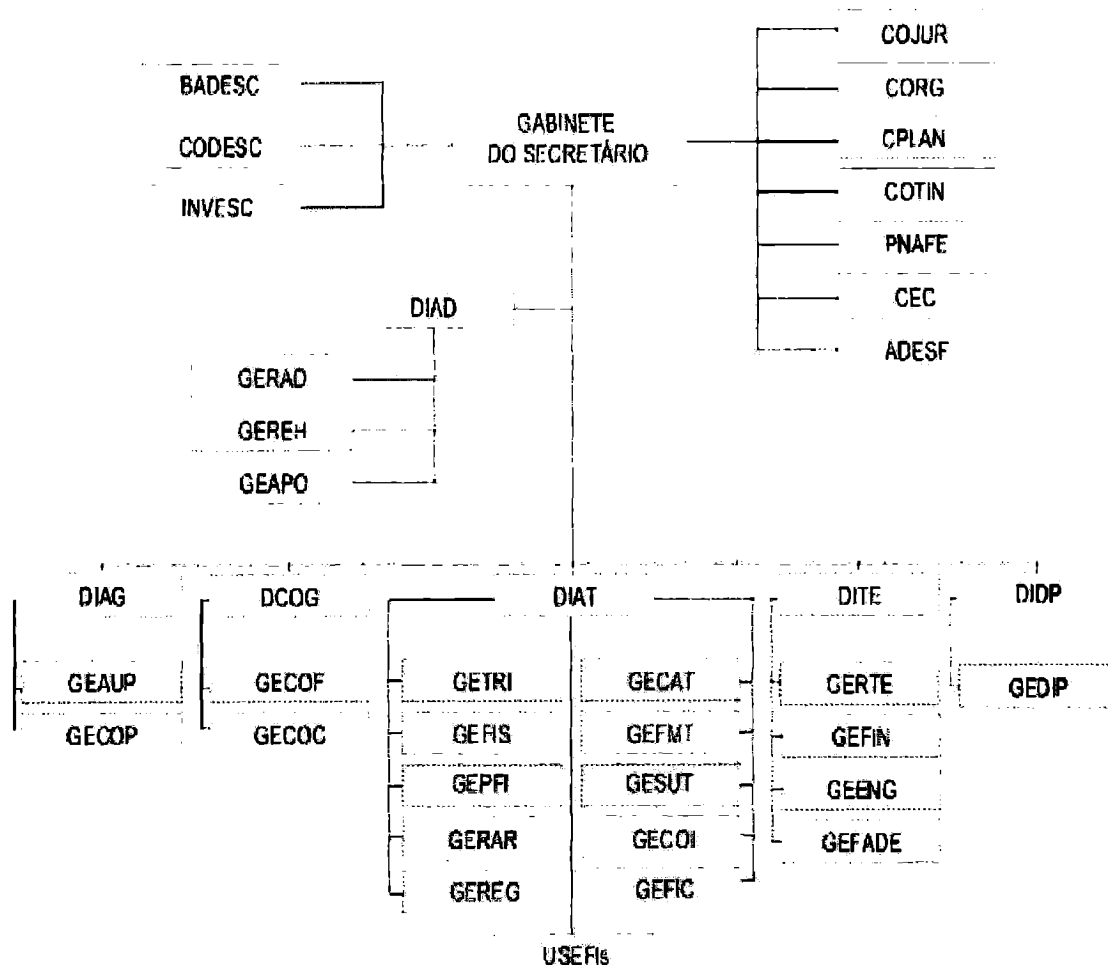
1996 – o Decreto 1.168, de 17 de setembro, aprova o novo Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda.

De acordo com o Art . 41 da Lei Complementar nº 243 de 30 de janeiro de 2003, compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

- I – Coordenar os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira;
- II – formular a política de crédito do Governo do Estado;
- III – definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IV – desenvolver as atividades relacionadas com:
 - a) tributação, arrecadação e fiscalização;
 - b) administração financeira, contábil e auditorial;
 - c) despesa e dívida pública ativa e passiva;
 - d) contencioso administrativo tributário;
 - e) supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do estado;
- V – coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a Procuradoria Geral do Estado; e
- VI – administrar os Encargos Gerais do Estado.

A Secretaria de Estado da Fazenda tem a missão de gerir os recursos do Estado por meio de uma política fiscal, com ações voltadas ao incremento da arrecadação e

adequação dos dispêndios, visando à elevação do nível de satisfação da população catarinense, através dos órgãos e da estrutura como se demonstra no cronograma a seguir.



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

GABS - Gabinete do Secretário

BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

INVESC - Santa Catarina Participações e Investimentos S.A.

COJUR - Consultoria Jurídica

CORG -

CPLAN - Consultoria de Planejamento

COTIN - Consultoria de Tecnologia e Informação

PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal Para os Estados

CEC - Conselho Estadual de Contribuintes
ADESF -

DIAD - Diretoria de Administração

GERAD - Gerência de Administração
GEREH - Gerência de Recursos Humanos
GEAPO - Gerência de Apoio Operacional

DIAG - Diretoria de Auditoria Geral

GEAUP - Gerência de Auditoria de Contas Públicas
GECOP - Gerência de Controle de Prestação de Contas

DCOG - Diretoria de Contabilidade Geral

GECOF - Gerência de Contabilidade Financeira do Tesouro
GECOC - Gerência de Contabilidade Centralizada

DIAT - Diretoria de Administração Tributária

GETRI - Gerência de Tributação
GEFIS - Gerência de Fiscalização
GEPFI - Gerência de Planejamento Fiscal
GERAR - Gerência de Arrecadação Tributária
GEREG - Gerência Regional de Florianópolis
GECAT - Gerência de Cadastro Tributário
GEFMT - Gerência de Fiscais de Mercadorias em Trânsito
GESUT - Gerência de Substituição Tributária
GECOI - Gerência de Controle de IPVA e ITCMD
GEFIC - Gerência de Fiscalização de Contribuintes de outros estados
USEF's - Unidades Setoriais de Fiscalização

DITE - Diretoria do Tesouro Estadual

GERTE - Gerência do Tesouro Estadual
GEFIN - Gerência de Programação Financeira
GEENG - Gerência de Encargos Gerais do Estado
GEFADE - Gerência do FADESC

DIDP - Diretoria da Dívida Pública

GEDIP - Gerência da Dívida Pública

Os próximos itens apresentarão a análise da receita e da despesa orçamentária para os anos de 2002 e 2003. Foram tomados como base estes anos porque representam o término de um Governo (2002) e o início de outro (2003). Para análise da receita utilizou-se o Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Consolidado Geral (Anexo 10, da

Lei 4.320/64), Exercício de 2002 e 2003 (Anexo I e II respectivamente). Para a despesa foi utilizado o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Consolidado Geral (Anexo 11, da Lei 4.320/64), Exercício de 2002 e 2003 (Anexo III e IV Respectivamente). Esses dados foram conseguidos através da Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

3.1 RECEITA GOVERNAMENTAL

A receita pública, no seu sentido mais amplo, é a arrecadação de recursos aos cofres públicos. Para Cruz (1988, p. 33), “receita pública é o conjunto de recursos constituído de todos os renditos, proventos e créditos que o Estado tem por direito, consentimento para arrecadar”.

A arrecadação da receita orçamentária percorre alguns estágios obrigatórios. São eles:

1 – **Lançamento**, que é a relação individualizada dos contribuintes, discriminando-se a espécie, o valor e o vencimento do imposto de cada um;

2 – **Arrecadação**, que é o momento em que os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores para liquidar suas obrigações com o Estado;

3 – **Recolhimento**, que é o ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro Público o produto da arrecadação.

O Estado conta com três tipos de receita como principais fontes de recursos:

- receitas ordinárias, como, por exemplo, os impostos e as taxas, que são arrecadadas diretamente pelo Estado;
- receitas vinculadas, cujo recebimento se dá através de transferências, como aquelas feitas pela União, da cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados;
- receitas oriundas de outras fontes, que só se operacionalizam no decorrer do exercício financeiro pelos órgãos da administração pública, como, por exemplo, as decorrentes de operações de crédito.

De acordo com as suas categorias econômicas, a Lei nº 4320/64 classifica-as em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As Receitas Correntes nada mais são do que as receitas patrimoniais, tributárias, de origem agropecuária e industrial, de serviços e diversas e ainda as transferências correntes, ou seja, os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas classificadas como Despesas Correntes.

Já a Receita de Capital são as receitas oriundas de alienação de bens, de empréstimos tomados pelo governo a instituições nacionais ou internacionais e os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, visando atender as despesas classificadas como Despesas de Capital.

Para estimar a receita deve-se tomar como base alguns fatores que deverão ser analisados. Para Euler (1992, p. 16), destacam-se “a oscilação de preços, o aumento

demográfico, a política tributária, as alterações nas alíquotas e eficiência na cobrança de contribuintes faltosos, a inflação, a intensificação da fiscalização etc”.

O Curso de Orçamento do Setor Público (1994, P. 15) traz alguns elementos para se fazer uma eficiente estimativa da receita:

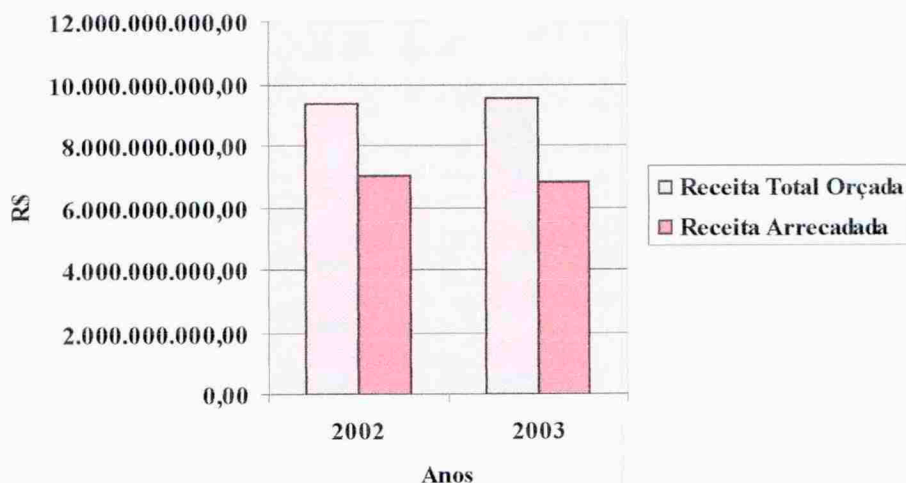
- a) arquivo de legislação de material tributável, base de cálculo, alíquotas e prazos de arrecadação;
- b) grade de parâmetros, como: índice de preços, índices de produção, taxas de juros, nível de emprego assalariado, produto interno bruto; e
- c) séries estatísticas, como: análise do tributo através do tempo, análise de sazonalidade, preparação de séries para emprego de modelos estatísticos.

Através de uma estimativa mais exata da receita é que haverá melhor perspectiva para a utilização dos recursos disponibilizados, não tento, por sua vez, a possibilidade de se ter valores superiores de despesas pelo fato de se estimar de forma errônea as receitas.

3.3 COMPORTAMENTO DA RECEITA DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 2002 E 2003

Conforme se vê no Gráfico 1, tem-se a realização da receita nos exercícios de 2002 e 2003. Ele demonstra os valores totais das receitas orçadas, aprovadas pelas leis orçamentárias anuais, comparadas com as receitas efetivamente arrecadadas nos respectivos exercícios. Em 2002 a receita foi 24,93% inferior à receita prevista, totalizando R\$ 7.014.164.983,51. E em 2003 a receita foi 27,96% inferior à receita prevista, totalizando R\$ 6.860.161.171,52.

Gráfico 1 - Comparativo da Receita Total Orçada com a Receita Arrecadada 2002 e 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4. 320/64

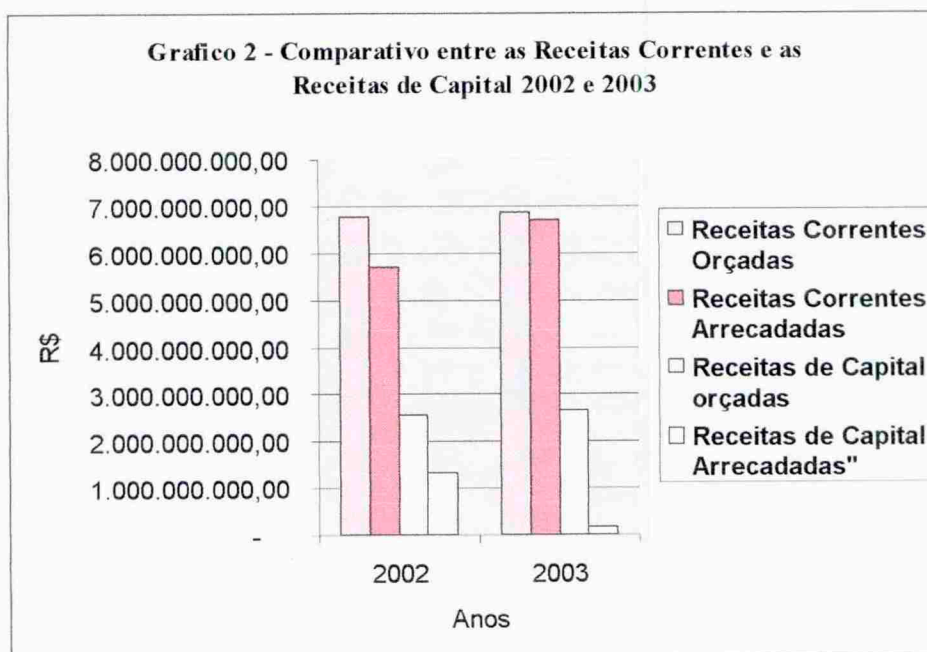
Os dados do gráfico demonstram o otimismo do governo quanto à arrecadação nesses dois anos, prejudicando, assim, a execução orçamentária, podendo haver um desequilíbrio elevado entre a receita arrecadada e a despesa realizada. Uma variável a ser considerada seria a mudança de governo ocorrida em 2003, mas como os valores mantiveram-se ligeiramente próximos, conclui-se que esse fator não teve muita influência.

A estimativa da receita sofre com as mudanças ocorridas no decorrer do exercício, como, por exemplo, a estimativa do recolhimento de tributos, pois eles poderão sofrer mudanças nas suas alíquotas, prejudicando, assim, todo um planejamento feito para o seu recolhimento. Outros fatores que podem ser considerados são: o crescimento da população, a forma de fiscalização, a eficiência da cobrança, a política tributária e as mudanças nos

preços, entre outros. Por isso, na estimativa da receita deve-se analisar separadamente cada fonte de arrecadação, de acordo com suas características e peculiaridades.

3.3.1 Comparativo entre Receitas Orçadas e Realizadas por Categoria Econômica 2002 – 2003

As Receitas Correntes, nestes 2 anos, apresentaram valores superiores aos das Receitas de Capital. Um dos fatores que geraram essa diferença está relacionado à arrecadação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias Bens e Serviços), e às transferências da União para o Estado de Santa Catarina.

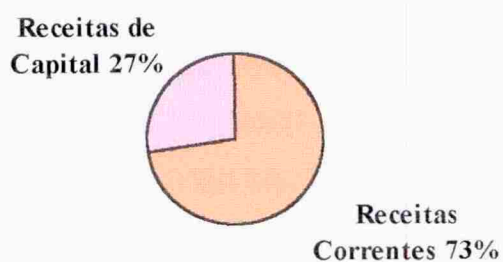


Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4.320/64

No Gráfico 2 observa-se grande diferença entre as Receitas Correntes e as Receitas de Capital, sendo que em 2002 há uma arrecadação mais próxima da estimada por conta das receitas de capital, enquanto 2003 sofre uma redução elevada na sua arrecadação.

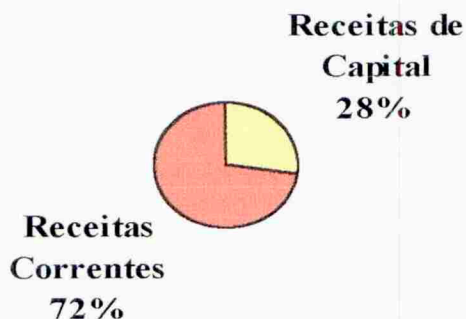
Já as Receitas Correntes, que são compostas pelas Receitas Tributárias e pelas Transferências Correntes (principais fontes de arrecadação), obtiveram crescimento na arrecadação, levando-se em consideração que no ano 2003 o valor orçado está bem próximo do valor arrecadado.

Gráfico 3 - Valores Orçados para as Receitas Correntes e Receitas de Capital 2002



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4.320/64

Gráfico 4 - Valores Orçados para Receitas Correntes e para Receitas de Capital 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4. 320/64

Observa-se nos Gráficos 3 e 4 a estimativa das receitas correntes e a das receitas de capital, concluindo que nesses dois anos ambas foram quase idênticas e também se comprova a supremacia das Receitas Correntes, fato normal, já que as receitas de capital, via de regra, são compostas por recursos oriundos de empréstimos.

Gráfico 5 - Valores Arrecadados das Receitas Correntes e das Receitas de Capital - 2002



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4. 320/64

Gráfico 6 - Valores Arrecadados das Receitas Correntes e das Receitas de Capital - 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4.320/64

Já os Gráficos 5 e 6 demonstram a arrecadação das Receitas Correntes e das Receitas de Capital. Em 2002 a estimativa (gráfico 4), se aproximou do arrecadado, podendo-se considerá-lo dentro das expectativas. Em 2003 houve uma discrepância entre o orçado e o arrecadado nas Receitas de Capital. Isso ocorreu porque as Operações de Crédito são as que mais contribuem para as Receitas de Capital, e mesmo causando endividamento, elas contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina. Os recursos de empréstimo de organismos financeiros internos e externos são sempre vinculados a uma obra ou serviço, estipulado no contrato de operação de crédito, no qual o Estado se obriga a prestar contas dos recursos aplicados para aquela finalidade.

Várias são as operações em que os Estados contraem financiamento para executar programas de trabalho de diversos órgãos da estrutura administrativa estadual. O Estado de Santa Catarina mantém financiamentos com diversos organismos nacionais e internacionais que, com a respectiva contrapartida estadual, financiam projetos específicos que contribuem para o seu desenvolvimento econômico e social.

Finalizando a análise dos valores orçados e arrecadados das receitas de acordo com a categoria econômica, observa-se que as Receitas Correntes sempre apresentaram valores bem superiores aos das Receitas de Capital. Isso ocorre porque as principais fontes de recursos para o cofre do Tesouro estão no pagamento de impostos pelas empresas instaladas em nosso território.

3.3.2 Análise das Receitas Orçadas e das Arrecadadas por Fontes de Recursos 2002 – 2003

As receitas correntes e de capital sofrem esse detalhamento para propiciar aos governos uma forma de controle maior sobre a arrecadação. As receitas por fontes de recursos demonstram mais discriminadamente a capacidade da estrutura administrativa para arrecadar receitas.

De acordo com a Lei 4320/64, as receitas correntes por fontes de recursos estão discriminadas em:

- **Receita Tributária** – dentro de cada esfera governamental é a receita oriunda da competência que o Estado tem de tributar;
- **Receita de Contribuições** – é a receita que resulta de contribuições sociais e econômicas;

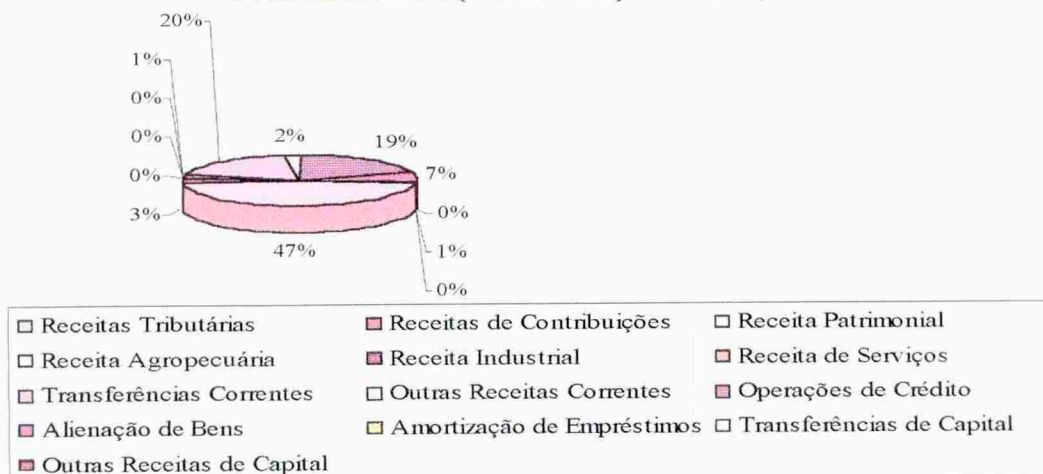
- **Receita Patrimonial** – está relacionada ao resultado financeiro do usufruto do patrimônio, decorrente de bens mobiliários ou imobiliários;
- **Receita Agropecuária** – é resultante de atividades ou exploração agropecuária, envolvendo a produção vegetal, animal e seus derivados, bem como atividades de beneficiamento ou transformação desses produtos, em instalações existentes nos próprios estabelecimentos.
- **Receita Industrial** – é a receita oriunda de atividades industriais.
- **Receita de Serviços** – é a que tem sua origem na prestação de serviços, como atividades comerciais, de comunicação, financeira, de transporte, de saúde etc.
- **Transferências Correntes** – é uma subcategoria econômica, com a função de registrar os recursos financeiros recebidos de outras entidades de direito público ou privado, quando destinados ao atendimento de despesas classificáveis em despesas correntes.
- **Outras Receitas Correntes** – são as receitas resultantes de multas, juros de mora, indenizações e restituições, receita da cobrança da dívida ativa e outras.

Já as Receitas de Capital por fonte de recursos, de acordo com a Lei 4320/64 estão divididas em:

- **Operações de Crédito** – são empréstimos realizados pela Administração Pública, com o objetivo de financiar seus projetos e suas atividades, podendo ser interna ou externa;

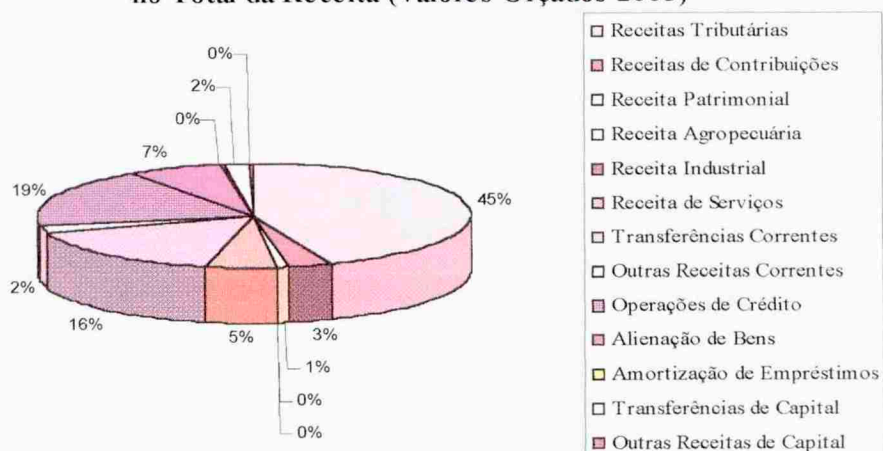
- **Alienação de Bens** – é caracterizada pela transferência do domínio de bens a terceiros;
- **Amortização de Empréstimos** – são os recebimentos do principal referente a empréstimos concedidos;
- **Transferências de Capital** – são dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devem realizar;
- **Outras Receitas de Capital** – as operações de capital, em termos de receita, são as que provêm da alienação de um bem de capital, as que estejam na lei definidas como operações de capital (obtenção de empréstimo), recebimento das amortizações de empréstimos concedidos e as que estejam, por ato do poder público, vinculadas a uma operação de capital (transferências de capital).

Gráfico 7 - Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total da Receita (Valores Orçados 2002)



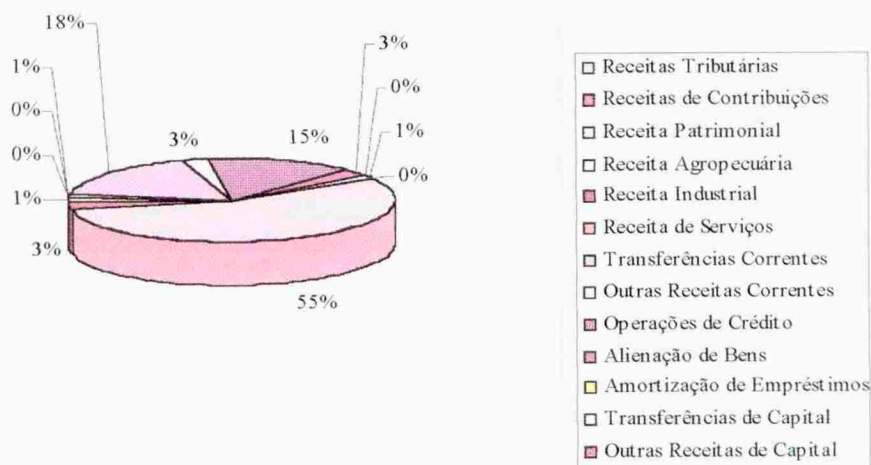
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4.320/64

**Gráfico 8 - Participação Relativa das Fontes de Recursos
no Total da Receita (Valores Orçados 2003)**



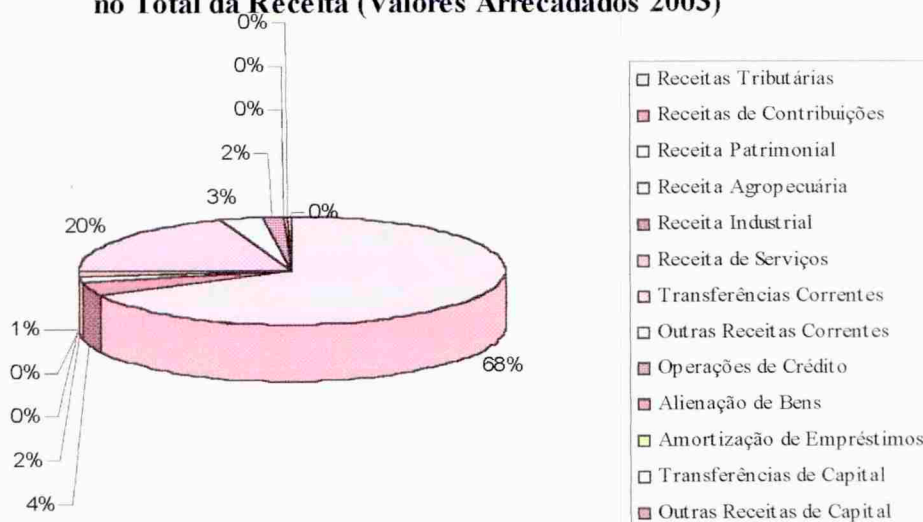
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4. 320/64

**Gráfico 9 - Participação Relativa das Fontes de Recursos
no Total da Receita (Valores Arrecadados 2002)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4. 320/64

**Gráfico 10 - Participação Relativa das Fontes de Recursos
no Total da Receita (Valores Arrecadados 2003)**



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 10 da Lei nº 4.320/64

Os Gráficos 7 e 8 mostram os valores orçados para a Participação Relativa das Fontes de Recursos no Total da Receita, e os Gráficos 09 e 10 mostram os valores arrecadados, percebendo-se uma discrepância entre os dados, pois foram elaborados com os valores reais orçados e os arrecadados.

Nos dois anos analisados (2002 e 2003), têm-se as Receitas Tributárias como principal fonte de estimativa da arrecadação, pois ela é composta pelo ICMS, que no exercício de 2002 representa 54,16% da receita total, 66,70% das receitas correntes e 98,60% das receitas tributárias. Já no exercício de 2003 representa 67,43% da receita total, 68,94% das receitas correntes e 99,35% das receitas tributárias. Como forma de comprovar tal supremacia das receitas tributárias, a sua arrecadação correspondeu a 67,87% da receita

total e 69,39% das receitas correntes de 2003. Comparando esses valores com o exercício de 2002, em valores nominais, houve um acréscimo de 20,85%, ou seja, de R\$ 803.238.228,14.

No exercício de 2002 as Transferências Correntes representaram 17,83% da receita total e 21,96% das receitas correntes. Dentre as fontes da receita da subcategoria econômica das Transferências Correntes destacam-se, a cota-parte do FPE, que representou 18,15% das Transferências Correntes, e a cota-parte do IPI - Exportação que representou 12,58%.

No exercício de 2003 não houve alterações nas transferências correntes, pois dentro da receita da subcategoria econômica das transferências correntes destacam-se, também, a cota-parte do FPE, com 17,56% das transferências correntes, e a cota-parte do IPI – Exportação, que foi de 12,17%.

As Receitas de Capital apresentaram resultados expressivos no exercício de 2002 em relação às receitas totais, comparando com o exercício de 2003, pois passando de 18,80% para 2,18%. No entanto, deve-se salientar que em 2002 teve-se 14,74% provenientes de operações de crédito e 2,79% de alienação de bens, sendo esses valores, no exercício de 2003, bem inferiores.

3.4 DESPESA GOVERNAMENTAL

De acordo com a sua categoria econômica, a despesa governamental é subdividida em dois grupos previstos no artigo 12 da Lei 4320/64: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As despesas correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São as despesas operacionais de funcionamento e manutenção dos órgãos públicos, dentre os quais se pode citar o pagamento de salários e de serviços, recursos esses que não retornam aos cofres públicos.

As despesas de capital são aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. A Despesa de Capital está subdividida em investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. Os investimentos compreendem as despesas com projetos (planejamento), obras e instalações, equipamentos e material permanente e aquisição de imóveis. As inversões financeiras são os imóveis adquiridos sem a realização de obras, a compra de bens destinados a revenda, a aquisição de imóveis já em utilização, e a aquisição de títulos, constituição ou aumento de capital de empresas financeiras, comerciais. As transferências de capital são as inversões financeiras ou os investimentos destinados a outras entidades pela realização da despesa.

A despesa orçamentária passa por vários estágios até a sua concretização, pois durante a previsão orçamentária o governo estima as receitas e fixa as despesas dentro do princípio do equilíbrio orçamentário, além de obedecer às prioridades governamentais através de critérios estabelecidos para a distribuição de recursos, que por sua vez serão

distribuídos posteriormente às unidades administrativas para que sejam executados os planos de trabalho com base na lei orçamentária.

O cumprimento da despesa orçamentária deve ser controlado por diversos órgãos que compõem as unidades administrativas do Estado. Para tanto, a Lei 4320/64 estabelece critérios para que a despesa pública, antes de efetivada, seja controlada e comprovada através de diversos critérios:

- **Empenho** – é caracterizado pela obrigação que o Estado assume com terceiros para a produção de obras ou serviços que venham a favorecer a população. Nenhuma despesa poderá ser executada sem o prévio empenho, que está sujeito a um limite de crédito de cada instituição e não deverá ser ultrapassado.
- **Liquidação** – é a etapa em que são verificados todos os documentos gerados durante a prestação do serviço (entrada de materiais), para que se comprove a legítima prestação do serviço, gerando o direito de pagamento ao credor.
- **Pagamento** - tendo em mãos os documentos comprobatórios da realização dos serviços prestados pelos credores, a unidade administrativa pública estadual efetuará o devido pagamento.
- **Restos a Pagar** – se durante o exercício financeiro a despesa for empenhada e não paga durante o exercício, ao seu término essa despesa passará ao exercício seguinte como restos a pagar. Sua validade corresponde ao período de um ano. Isso ocorre devido ao não

cumprimento da realização de obras e serviços pelo credor, obrigando o Estado a utilizar esta modalidade.

- **Despesas de Exercícios Anteriores** – são as dívidas ou os compromissos gerados em períodos anteriores ao do pagamento. Mediante a comprovação da realização da atividade (obras ou serviços), o órgão que deles se beneficiou emite o empenho e paga a despesa.
- **Créditos Adicionais** – quando os recursos são insuficientes para a realização dos programas de trabalho propostos, ou surge a necessidade da realização de uma despesa não prevista na lei orçamentária, a administração pública com base na Lei 4320/64, utiliza os créditos adicionais para alterar o orçamento através dos seguintes instrumentos:
 - **Créditos suplementares** – são os que atendem as necessidades julgadas insuficientes.
 - **Créditos Especiais** – atendem as despesas para as quais não foi destinada nenhuma dotação.
 - **Créditos Extraordinários** - destinados às despesas consideradas urgentes e às imprevisíveis.

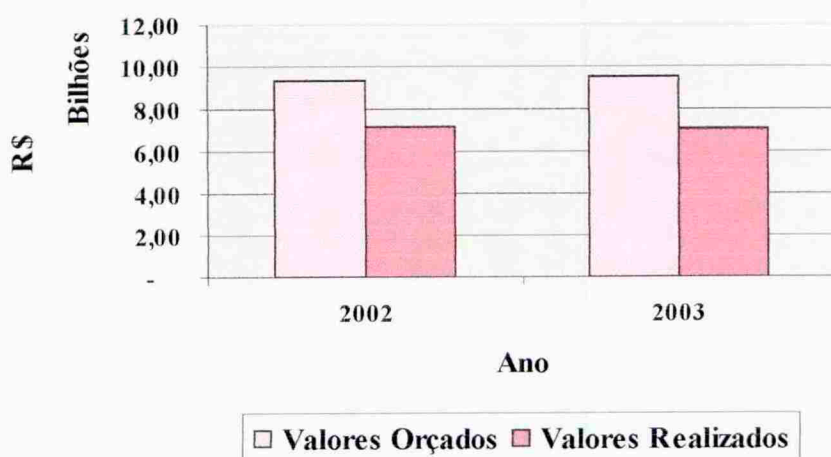
Convém salientar que, devido à natureza de sua operação, os créditos extraordinários não exigem a existência prévia de recursos, diferentemente dos créditos especiais e suplementares, cuja liberação se prende à disponibilidade de recursos gerados por:

- **Superávit Financeiro** – é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro de entidades da administração indireta do Estado.
- **Excesso de Arrecadação** – é a diferença entre o que foi orçado e o que foi arrecadado.

3.4.1 Comparativo entre a Despesa Orçada e a Realizada nos anos 2002 e 2003

Com base na análise gráfica abaixo, pode-se dizer que se fixaram valores muito próximos, nos dois anos, entre as despesas orçadas e as realizadas, comprovando a capacidade dos técnicos que elaboraram as leis orçamentárias em prever mudanças no decorrer dos exercícios financeiros em análise.

Gráfico 11 - Comparativo entre a Despesa Orçada e a Realizada 2002 - 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 11 da Lei nº 4.320/64

As despesas orçamentárias foram fixadas para o orçamento anual, dos anos em referência, em valores iguais aos das receitas, obedecendo, dessa forma, o princípio do equilíbrio entre receita e despesa.

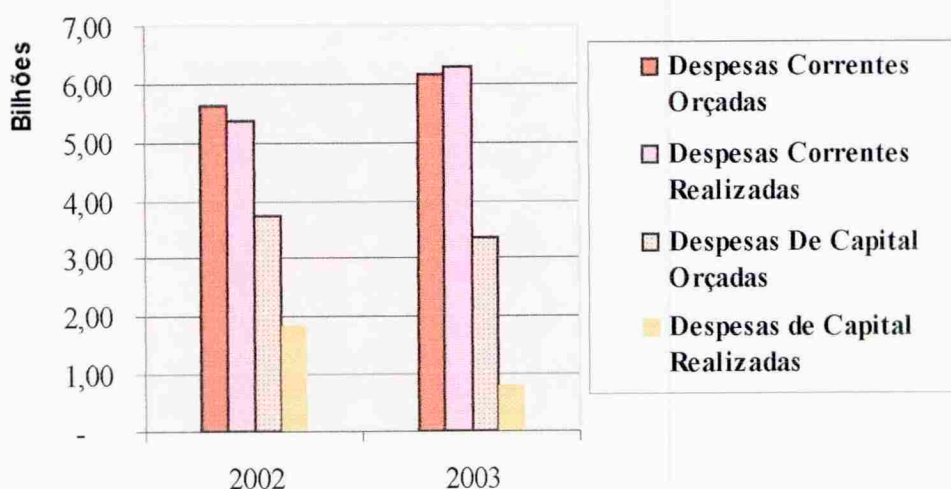
Observando-se o Gráfico 11 notam-se valores muito próximos entre despesa orçada e realizada nos dois anos; tendo em vista que 2002 foi um ano de encerramento de mandato, esses valores da realização da despesa foram tão baixos, pois na parte da arrecadação da receita não se obteve o desempenho esperado nesses dois anos, ficando sempre abaixo da expectativa orçada. Nesse sentido, há que se considerar que a receita sofre influência de alguns fatores, como a inadimplência no pagamento dos impostos, e mesmo sabendo-se do direito de recolhê-los, o fator otimismo deve ser controlado na elaboração da lei orçamentária. Quando ocorre a inadimplência, com redução de arrecadação, impossibilita a realização de obras e projetos para a melhoria de vida da população, pois a prioridade do governo é a manutenção do serviço público, da máquina administrativa. Por sua vez, a não-realização desses projetos gera descontentamento na população pela falta de assistência que o governo deveria prestar-lhes e não conseguem fazê-lo.

3.4.2 Comparativo entre as Despesas Correntes e de Capital por Categoria Econômica

Com base na Lei 4320/64, a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas correntes são aquelas realizadas com a manutenção dos equipamentos e com o funcionamento dos órgãos. Ela divide-se em Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

As despesas de capital são aquelas realizadas com o propósito de formar ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos ou entidades de qualquer natureza, bem como a amortização de dívidas e a concessão de empréstimos.

Gráfico 12 - Comparativo entre as Despesas Correntes e as Despesas de Capital - Valores Orçados e Realizados 2002 - 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 11 da Lei nº 4.320/64

Com base nos dados do ano 2002 o montante fixado foi de R\$ 9.343.787.208,00, dos quais foi destinado para os recursos do Tesouro o valor de R\$ 8.369.413.329,00, aplicados na Administração Direta, incluídos nesse montante os valores relativos às transferências de Estado aplicados em fundos, autarquias e fundações; para recursos de outras fontes foram destinados R\$ 974.373.879,00. Já o montante das despesas realizadas foi de R\$ 7.190.840.884,54, de cujo valor 74,49% foram destinados para as despesas correntes e 25,51% para as despesas de capital.

As despesas correntes, no exercício de 2002, representaram o montante de R\$ 5.356.214.699,40, de cujo valor 49,62% foram despesas com pessoal e encargos, 5,32% juros e encargos da dívida ativa e 45,06% foram outras despesas correntes. As Despesas de Capital, no exercício de 2002, representaram 25,52% dos gastos, no valor de R\$ 1.834.626.085,14, dos quais 24,76% foram investimentos, 54,51% em inversões financeiras e 20,72% em transferências de capital.

Assim sendo, do total de créditos autorizados em 2002 no valor de R\$ 9.450.056.400,80, não foram executados 23,91%, ou seja, R\$ 2.259.215.616,26 ficaram como saldo não utilizado, representando uma economia orçamentária.

Já com base nos dados do exercício de 2003, foi fixado o montante de R\$ 9.523.876.377,00, sendo destinado para os recursos da fonte do Tesouro o valor de R\$ 8.304.520.286,00, aplicados na Administração Direta, incluídos nesse montante os valores relativos as transferências do Estado aplicados em fundos, autarquias e fundações (R\$ 1.323.870.544,00) e para recursos de outras fontes destinaram-se R\$ 1.219.356.091,00. A despesa orçamentária realizada com recursos do Tesouro e de outras fontes, na

Administração Direta e Indireta, atingiu a importância de R\$ 7.063.866.302,87, dos quais 88,80% foram despesas correntes (R\$ 6.272.912.213,69) e 11,2% foram Despesas de Capital (R\$ 790.954.089,18).

As despesas correntes somaram R\$ 6.272.912.213,69, dos quais 48,75% foram despesas com pessoal e encargos sociais, 6,44% juros e encargos da dívida e 44,80% foram outras despesas correntes. Das despesas de capital (R\$ 790.954.089,18), 64,69% foram em investimentos, 6,46% em Inversões Financeiras e 28,84% em Amortização da Dívida.

No geral, em relação aos dados do exercício de 2003, do total dos créditos autorizados, no valor de R\$ 9.940.070.398,09, ficaram como saldo não utilizado R\$ 2.876.204.095,22, representando, assim como em 2002, uma economia orçamentária.

3.4.3 O Comportamento das Despesas Correntes e de Capital por Subcategorias Econômicas

Tanto as despesas correntes quanto as de capital sofrem uma subdivisão para melhor separação da natureza da despesa governamental. As Despesas de Correntes se subdividem em:

a) Pessoal e Encargos Sociais – a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 200 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu Capítulo IV, Seção II, trata das Despesas com Pessoal no art. 18:

Para efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação

com os ativos, os inativos e pensionistas, relativos a mandatos efetivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Com base neste artigo pode-se dizer que o gasto com pessoal corresponde à folha de pagamento dos funcionários, tanto os que ainda estão trabalhando como os aposentados, nela incluídas vantagens, obrigações e adicionais a que façam jus.

b) Juros e Encargos Sociais – são as despesas com pagamento de juros e comissões, além de outros encargos de operações de crédito internas ou externas contratadas, bem como a dívida pública mobiliária.

c) Outras Despesas Correntes – são as despesas com aquisição de material de consumo, o pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e outras Despesas Correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

As despesas de capital estão subdivididas em:

a) Investimentos – são despesas destinadas ao planejamento e à execução de obras, com aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

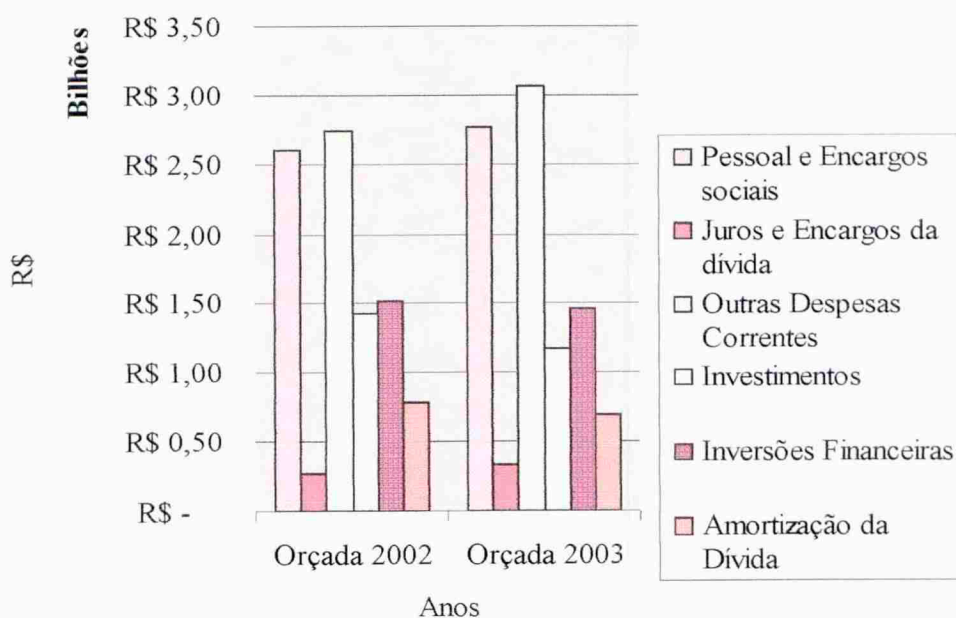
b) Inversões Financeiras – são despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, com a constituição ou aumento de capital de empresas e aquisição

de títulos representativos do capital de empresas ou entidades, quando a operação não importe o aumento do capital.

c) Amortização da Dívida – são despesas com pagamento ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida interna, contratual ou mobiliária.

No Gráfico 14 tem-se um comparativo das despesas orçadas para os anos de 2002 – 2003. Para este gráfico não se utilizou o valor referente à RESERVA DE CONTINGÊNCIAS, pois esses valores foram apenas orçados e não tiveram a sua realização em nenhum dos dois anos em análise.

Gráfico 13 - Comparativo da Despesa Orçada 2002 - 2003



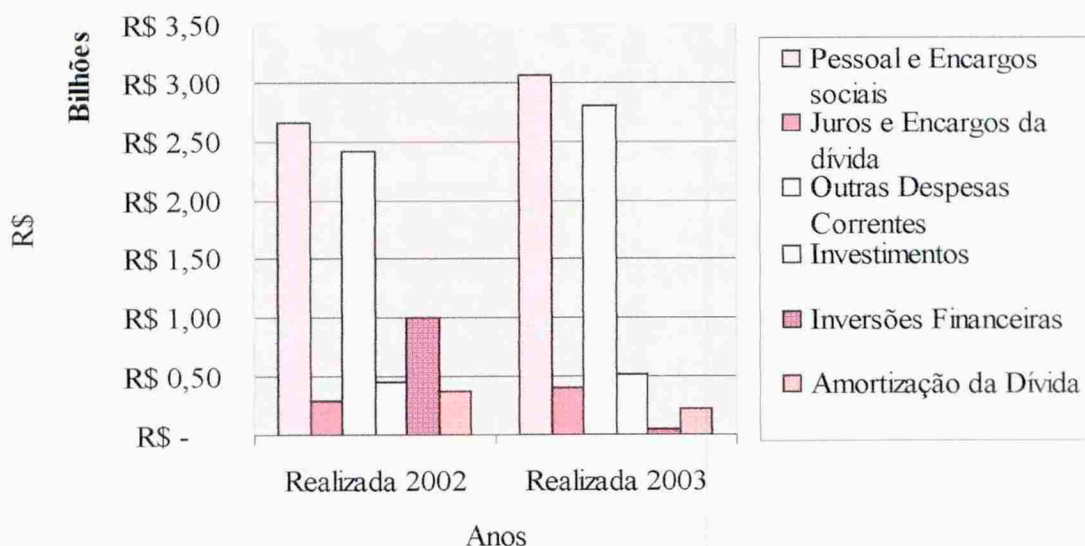
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 11 da Lei nº 4.320/64

Neste Gráfico observa-se que nos anos 2002 e 2003 as estimativas estão relativamente próximas, não havendo discrepância entre os valores orçados de um ano para

o outro. Em 2002 a Despesa com Pessoal e Encargos representou 27,80%, Juros e Encargos da Dívida foram 2,80%, Outras Despesas Correntes representaram 29,35%, Investimentos 15,30%, as Inversões Financeiras 16,25% e a Amortização da Dívida foi 8,5%. Analisando os dados, observa-se maior concentração dos valores na Despesa com Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes, que atingiram esses valores por causa das transferências feitas pelo Estado.

Em 2003 a Despesa com Pessoal e Encargos foi 29,05%; Juros e Encargos da Dívida representaram 3,60%; Outras Despesas Correntes foram 32,20%; Investimentos representaram 12,40%; Inversões Financeiras representaram 15,50% e a Amortização da Dívida foi de 7,25%. Como ocorrido em 2002, em 2003 destacaram-se, novamente, as despesas com Pessoal e Encargos e com Outras Despesas Correntes.

Gráfico 14 - Comparativo da Despesa Realizada 2002 - 2003



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda, anexo 11 da Lei nº 4.320/64

Observa-se no Gráfico 14 que a despesa realizada em 2002 com Pessoal e Encargos atingiu 37%; com Juros e Encargos da Dívida 3,95%; com Outras Despesas Correntes 33,55%; Investimentos 6,30%; Inversões Financeiras 13,90%, e a Amortização da Dívida foi de 5,30%. Em 2003 Pessoal e Encargos absorveram 43,20%; Juros e Encargos da Dívida 5,70%; Outras Despesas Correntes 40,00%; Investimentos 7,25%; Inversões Financeiras 0,70% e Amortização da Dívida 3,05%.

Fazendo-se uma análise dos dados da despesa realizada, observa-se que de 2002 para 2003 a despesa com Pessoal e Encargos cresceu consideravelmente, o que também aconteceu com as Outras Despesas Correntes. A maior discrepância observada foi em relação às Inversões Financeiras, que caíram aproximadamente 13,2%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender dos objetivos traçados, o trabalho de pesquisa desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e do estudo de caso realizado na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

Com o desenvolvimento da sociedade e a escassez de recursos públicos, a população se vê na obrigação de fiscalizar as atividades do governo em busca do detalhamento e da aplicabilidade dos recursos por eles pagos. Em nome dessa transparência na utilização dos recursos, o orçamento do Estado tem a função de captar, de forma eficiente, recursos para que ele possa gerar serviços necessários para atender as demandas da população.

O orçamento público constitui-se em importante ferramenta de ação governamental, e com o passar dos tempos vem assumindo sua função como instrumento de planejamento. É um documento que está ligado ao princípio democrático e deve expressar a vontade popular.

No Brasil, um dos instrumentos que têm como finalidade o controle do dinheiro público é a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pois classifica as receitas e as despesas de maneira a controlar as entradas e as saídas das contribuições feitas pela população. As despesas e as receitas englobam um sistema importante, interligando-se na participação da ação do Estado, que cobra tributos e distribui os recursos em atividades nas quais a

iniciativa privada não está presente, e influi na distribuição de renda. Na busca de um controle efetivo das contas públicas, tem-se a classificação de todas essas ações governamentais.

Os anos em análise no estudo não sofreram muitas alterações quanto as previsões e as realizações orçamentárias, tendo em vista que nesses dois anos, mesmo havendo a mudança de governo, o país passava por uma situação econômica praticamente estável, possibilitando elaborar a proposta orçamentária de modo mais preciso e não sofrendo as distorções causadas pela inflação, como já ocorrera em situações anteriores.

Os objetivos foram alcançados através do detalhamento das contas de receita e despesa, na busca de se entender a utilização dos recursos para os anos em estudo. Através disso possibilitou-se o entendimento de que as cobranças dos tributos devem ser eficientes para se possa utilizar os recursos anteriormente traçados no plano de governo. Com o detalhamento das contas analisou-se mais facilmente as prioridades do governo na hora da elaboração da proposta orçamentária e também se chegou as maiores fontes de arrecadação.

Havendo confiabilidade dos dados é possível prever a arrecadação e alocar eficazmente os recursos, de forma a atender os compromissos assumidos com a população. Para isso, os contribuintes devem participar mais ativamente e cobrar dos governantes clareza e justiça no destino dos recursos públicos, para que possam gerar benefícios a todos e não privilegiar uma minoria da população, como vem ocorrendo ao longo dos anos.

Este estudo não se esgota aqui. Sugere-se que outros sejam realizados para avaliar a interligação das metas genéricas propostas no plano plurianual (PPA) com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei de orçamento anual (LOA).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Benedicto de. **Contabilidade Pública** 7º. ed. São Paulo, Atlas 1981.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8º ed., São Paulo: Atlas, 1986.

BARROS, Aidil Jesus, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**: um guia para a iniciação científica. São Paulo, Mcgraw-hill, 1996.

BEUREN, Ilse Maria. Metodologia. In: LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUZA, Marco Aurélio Batista de; COLATO, Romualdo Douglas; Porton, Rosimere Alves de Bona; BEUREN, Ilse Maria (org). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Lei Complementar nº 101. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 86, 04 de maio de 2000.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. *Manual de Legislação Atlas*, 21. ed. São Paulo, Atlas, 1997. v. 19.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor publico**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1988.

CRUZ, Flávio da; VICCARI JÚNIOR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélío; BARBOSA, Rui Rogério Naschenweng. **Comentários à Lei nº 101, de 04 de maio de 2000**. São Paulo: Atlas, 2000.

CURSO DE ORÇAMENTO DO SETOR PÚBLICO: conceitos e práticas orçamentárias. Brasília: FGV, 1994.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1987.

EULER, Pedro. **Administração Pública e Planejamento**. Notas de aula. FGV, 1992,

GIL, Antonio C. **Projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1990.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

PIRES, João Batista F. S. **Contabilidade Pública**. 7º ed. Brasília: Franco e Fortes, 2002.

PORTARIA nº 42 de 14 de abril de 1999, publicada no D.O.U DE 15/04/99 atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

PORTARIA nº 117 de 17 de julho de 1998 atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º do art 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências.

PORTARIA Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001. Ministério da Fazenda & Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão .

SANTA CATARINA. Lei Complementar nº 243. Estabelece nova estrutura do Poder Executivo. Florianópolis, 30 de janeiro de 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. **Manual técnico de orçamento**: instruções para a elaboração da proposta orçamentária do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: SEF, 2004.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

ANEXO I

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.343.787.208,00	7.014.164.983,51	-	2.329.622.224,49
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.780.809.520,00	5.695.536.754,21	-	1.085.272.765,79
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	4.273.212.825,00	3.852.972.585,69	-	420.240.239,31
1110.00.00.00	IMPOSTOS	4.196.569.166,00	3.760.073.524,14	-	436.495.641,86
1112.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	396.425.300,00	391.444.750,56	-	4.980.549,44
1112.03.00.00	I.T.B.I.	130.600,00	227.870,85	97.270,85	-
1112.03.01.00	I.T.B.I. ESTADUAL	65.300,00	113.935,54	48.635,54	-
1112.03.02.00	I.T.B.I. MUNICIPAL	65.300,00	113.935,31	48.635,31	-
1112.04.00.00	IMPOSTO S/A RENDA PROV. DE QUALQUER NATUREZA	154.223.000,00	148.323.482,52	-	5.899.517,48
1112.04.30.00	RETIDO NAS FONTES - I.R.R.F.	154.223.000,00	148.323.482,52	-	5.899.517,48
1112.05.00.00	I.P.V.A.	232.277.200,00	231.673.860,63	-	603.339,37
1112.05.01.00	I.P.V.A. ESTADUAL	116.138.600,00	115.839.867,61	-	298.732,39
1112.05.02.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	116.138.600,00	115.833.993,02	-	304.606,98
1112.07.00.00	I.T.C.M.D.	9.794.500,00	11.219.536,56	1.425.036,56	-
1113.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	3.800.143.866,00	3.368.628.773,58	-	431.515.092,42
1113.02.00.00	I.C.M.S.	3.800.143.866,00	3.798.879.313,84	-	1.264.552,16
1113.02.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	2.413.581.800,00	2.831.859.161,25	418.277.361,25	-
1113.02.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	804.527.266,00	943.922.175,40	139.394.909,40	-
1113.02.03.00	COTA ESTADO/FUNDEF	425.926.200,00	-	-	425.926.200,00
1113.02.04.00	COTA MUNICÍPIO/FUNDEF	141.975.400,00	-	-	141.975.400,00
1113.02.05.00	REFIS - I.C.M.S. ESTADUAL	9.009.915,00	17.327.211,77	8.317.296,77	-
1113.02.06.00	REFIS - I.C.M.S. MUNICIPAL	3.003.305,00	5.770.765,42	2.767.460,42	-
1113.02.07.00	REFIS - I.C.M.S. - COTA ESTADUAL - FUNDEF	1.589.985,00	-	-	1.589.985,00
1113.02.08.00	REFIS - I.C.M.S. - COTA MUNICIPAL - FUNDEF	529.995,00	-	-	529.995,00
1113.03.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF I.C.M.S.	-	(430.250.540,26)	-	430.250.540,26
1120.00.00.00	TAXAS	76.643.659,00	92.899.061,55	16.255.402,55	-
1121.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	500,00	492.716,59	492.216,59	-
1121.01.00.00	TAXA DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTRO	-	492.716,59	492.716,59	-
1121.04.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SORTEIO	500,00	-	-	500,00
1122.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	76.643.159,00	92.406.344,96	15.763.185,96	-
1122.01.00.00	TAXA JUDICIÁRIA	1.000.000,00	1.037.557,04	37.557,04	-
1122.04.00.00	TAXA DE SEG. OSTENSIVA CONTRA DELITOS	-	3.677,82	3.677,82	-
1122.05.00.00	TAXA DE SERVIÇOS GERAIS	75.643.159,00	90.887.732,93	15.244.573,93	-
1122.05.01.00	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	5.784.400,00	3.936.416,14	-	1.847.983,86
1122.05.02.00	ATOS DA SAÚDE PÚBLICA	1.226.500,00	525.495,17	-	701.004,83

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1122.05.03.00	ATOS DA SEC. ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	68.632.259,00	85.979.884,51	17.347.625,51	-
1122.05.04.00	ATOS DA POLÍCIA MILITAR	-	445.163,28	445.163,28	-
1122.05.05.00	ATOS SEDRA	-	773,83	773,83	-
1122.06.00.00	ATOS DE APOSENT. AUX. JUSTIÇA	-	4,00	4,00	-
1122.08.00.00	TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA	-	477.373,17	477.373,17	-
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	302.750.000,00	244.693.537,29	-	58.056.462,71
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	302.750.000,00	244.693.537,29	-	58.056.462,71
1210.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO ESTADO	23.750.000,00	24.084.881,70	334.881,70	-
1210.01.02.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PLANO DE SAÚDE	23.750.000,00	24.084.881,70	334.881,70	-
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	50.177.000,00	89.717.774,67	39.540.774,67	-
1210.03.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1.000.000,00	873.401,75	-	126.598,25
1210.04.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS ESTADUAIS	161.750.000,00	126.477.014,18	-	35.272.985,82
1210.04.01.00	CONTRIBUIÇÃO ASSOC. PREVIDÊNCIA DE SOCIAL	138.000.000,00	102.105.406,47	-	35.894.593,53
1210.04.02.00	CONTRIBUIÇÃO ASSOC. PLANO DE SAÚDE	23.750.000,00	24.371.607,71	621.607,71	-
1210.05.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS MUNICIPAIS	2.000.000,00	1.867.613,22	-	132.386,78
1210.06.00.00	CONTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	500.000,00	1.069.718,19	569.718,19	-
1210.07.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS FACULTATIVOS	10.000,00	769,50	-	9.230,50
1210.08.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VOLUNTÁRIOS	20.000,00	229.146,58	209.146,58	-
1210.09.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS	320.000,00	373.217,50	53.217,50	-
1210.10.00.00	QUOTA APOSENTADORIA PENSÕES/LFT	63.223.000,00	-	-	63.223.000,00
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	34.966.876,00	67.084.553,24	32.117.677,24	-
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	1.073.342,00	1.312.279,22	238.937,22	-
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	516.822,00	646.268,31	129.446,31	-
1312.00.00.00	ARRENDAMENTOS	554.420,00	609.528,05	55.108,05	-
1319.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.100,00	56.482,86	54.382,86	-
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	33.637.034,00	65.265.778,40	31.628.744,40	-
1321.00.00.00	TÍTULOS DA DIV. AGRÁRIA DO INCRA-GOV. SC	-	36.204,28	36.204,28	-
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	44.550,00	3.446.518,68	3.401.968,68	-
1322.02.00.00	BESC S/A	10.000,00	-	-	10.000,00
1322.03.00.00	BANCO DO BRASIL S/A	7.000,00	-	-	7.000,00
1322.04.00.00	TELESC	23.550,00	18.147,77	-	5.402,23
1322.05.00.00	TELEBRAS	1.000,00	917,16	-	82,84
1322.06.00.00	CIASC S/A	3.000,00	-	-	3.000,00
1322.07.00.00	TELE SUDESTE	-	397,57	397,57	-
1322.08.00.00	TELESP	-	6.395,47	6.395,47	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1322.10.00.00	BRASIL TELECOM-PARTICIPAÇÃO	-	340,90	340,90	-
1322.11.00.00	BADESC S/A	-	3.405.000,00	3.405.000,00	-
1322.12.00.00	TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES	-	15.169,62	15.169,62	-
1322.13.00.00	TELE CENTRO OESTE	-	150,19	150,19	-
1325.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	33.592.484,00	61.783.055,44	28.190.571,44	-
1325.01.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - ASSEMB. LEGISLATIVA	-	182.874,39	182.874,39	-
1325.02.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - TRIBUNAL DE CONTAS	-	1.686.248,90	1.686.248,90	-
1325.03.00.00	REM. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - JUDICIÁRIO	13.500.000,00	23.372.918,87	9.872.918,87	-
1325.04.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS DO FUNDO JUDICIÁRIO	1.800.000,00	1.782.074,18	-	17.925,82
1325.05.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - MINISTÉRIO PÚBLICO	-	782.746,07	782.746,07	-
1325.06.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS DO FDO MINISTÉRIO PÚBLICO	120.000,00	85.823,50	-	34.176,50
1325.07.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. DISPONÍVEIS - ADM. DIRETA	8.773.800,00	7.258.895,81	-	1.514.904,19
1325.08.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - ADM. DIRETA	-	12.928.530,38	12.928.530,38	-
1325.09.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - ENT. AUTARQUIAS	730.000,00	2.277.306,01	1.547.306,01	-
1325.10.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - AUTARQUIAS	920.000,00	848.050,12	-	71.949,88
1325.11.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - FUNDAÇÕES	5.175.000,00	1.074.309,36	-	4.100.690,64
1325.12.00.00	REM. DE DEP. BANC. VINCULADO - FUNDAÇÕES	-	15.209,20	15.209,20	-
1325.13.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - FUNDOS	1.831.500,00	4.218.942,27	2.387.442,27	-
1325.14.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - FUNDOS	380.000,00	4.134.830,52	3.754.830,52	-
1325.15.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - EMPRESAS	-	3.989,43	3.989,43	-
1325.16.00.00	REM. DE DEP. BANC. VINCULADOS - EMPRESAS	362.184,00	145.981,70	-	216.202,30
1325.17.00.00	REND. PENSÕES E APOSENTADORIAS (58-5)/IPESC	-	72.227,86	72.227,86	-
1325.18.00.00	REND. PLANO SAÚDE (33-0)/IPESC	-	612.778,94	612.778,94	-
1325.19.00.00	REND. OBRIGAÇÕES PATRONAIS (59-3)/IPESC	-	25.641,27	25.641,27	-
1325.20.00.00	REND. CONTA MOVIMENTO/POUPANÇA/IPESC	-	273.676,66	273.676,66	-
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	256.500,00	506.495,62	249.995,62	-
1400.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.645.719,00	1.172.822,60	-	472.896,40
1410.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	502.019,00	394.605,22	-	107.413,78
1420.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	651.816,00	564.597,72	-	87.218,28
1490.00.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	491.884,00	213.619,66	-	278.264,34
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	12.249.763,00	11.610.263,08	-	639.499,92
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	3.220.000,00	3.318.897,48	98.897,48	-
1530.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	9.029.763,00	8.291.365,60	-	738.397,40
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	129.085.134,00	82.813.595,89	-	46.271.538,11
1600.01.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	367.000,00	355.718,71	-	11.281,29

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1600.02.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	15.020.000,00	2.850,76	-	15.017.149,24
1600.03.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTES	9.016.845,00	11.055.092,12	2.038.247,12	-
1600.05.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	8.687.000,00	4.303.619,10	-	4.383.380,90
1600.06.00.00	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	9.000.000,00	10.755.894,29	1.755.894,29	-
1600.07.00.00	SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	12.100.000,00	14.539.295,10	2.439.295,10	-
1600.12.00.00	SERVIÇOS TECNOLÓGICO	5.004.918,00	371.751,31	-	4.633.166,69
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	6.201.183,00	8.709.380,40	2.508.197,40	-
1600.14.00.00	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	9.540.000,00	3.066.666,45	-	6.473.333,55
1600.15.00.00	SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	18.000,00	86.475,76	68.475,76	-
1600.16.00.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	25.159.000,00	9.284.369,85	-	15.874.630,15
1600.17.00.00	SERVIÇO AGROPECUÁRIO	2.598.753,00	135.880,38	-	2.462.872,62
1600.18.00.00	SERV. REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	-	1.860,00	1.860,00	-
1600.19.00.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	250.000,00	245.647,91	-	4.352,09
1600.20.00.00	SERV. DE CONSULTORIA, ASSIST. TÉCNICA E ANÁLISE	1.031.562,00	576.760,31	-	454.801,69
1600.22.00.00	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	308.000,00	125.177,11	-	182.822,89
1600.24.00.00	SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO	6.565.250,00	4.277.979,94	-	2.287.270,06
1600.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS	18.217.623,00	14.919.176,39	-	3.298.446,61
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.824.141.055,00	1.250.857.715,55	-	573.283.339,45
1720.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.003.201.775,00	1.207.093.826,35	203.892.051,35	-
1721.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	915.890.900,00	761.636.660,64	-	154.254.239,36
1721.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	532.182.155,00	465.497.186,27	-	66.684.968,73
1721.01.01.00	F.P.E.	219.152.780,00	227.070.044,65	7.917.264,65	-
1721.01.01.01	COTA-PARTE ESTADO	219.152.780,00	267.141.228,89	47.988.448,89	-
1721.01.01.02	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF F.P.E.	-	(40.071.184,24)	-	40.071.184,24
1721.01.03.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	549.275,00	620.603,28	71.328,28	-
1721.01.12.00	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO	217.480.100,00	157.310.164,01	-	60.169.935,99
1721.01.12.01	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO - ESTADUAL	156.218.100,00	132.938.166,57	-	23.279.933,43
1721.01.12.02	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO - MUNICIPAL	52.072.700,00	44.312.722,15	-	7.759.977,85
1721.01.12.03	COTA FUNDEF/I.P.I. MUNICIPAL	9.189.300,00	-	-	9.189.300,00
1721.01.12.04	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF - I.P.I.	-	(19.940.724,71)	-	19.940.724,71
1721.01.30.00	COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	95.000.000,00	80.496.374,33	-	14.503.625,67
1721.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	383.708.745,00	296.139.474,37	-	87.569.270,63
1721.09.01.00	TRANSF. FIN. EST., DF E MUNICÍPIOS LEI N.º 87/96	119.390.745,00	106.463.365,08	-	12.927.379,92
1721.09.02.00	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF - LC 87/96	-	(15.969.504,72)	-	15.969.504,72
1721.09.48.00	GESTÃO PLENA ESTADUAL	260.988.000,00	193.433.509,80	-	67.554.490,20

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1721.09.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3.330.000,00	12.212.104,21	8.882.104,21	-
1723.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	-	117.005,80	117.005,80	-
1724.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	87.310.875,00	445.340.159,91	358.029.284,91	-
1724.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEF	87.310.875,00	445.340.159,91	358.029.284,91	-
1724.01.01.00	F.P.E./FUNDEF - ESTADUAL	38.674.020,00	94.910.967,81	56.236.947,81	-
1724.01.02.00	I.P.I./FUNDEF - ESTADUAL	27.567.900,00	15.009.516,49	-	12.558.383,51
1724.01.03.00	LC 87/96/FUNDEF - ESTADUAL	21.068.955,00	12.570.324,99	-	8.498.630,01
1724.01.04.00	I.C.M.S./FUNDEF - ESTADUAL	-	322.849.350,62	322.849.350,62	-
1730.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	370.000,00	-	-	370.000,00
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	820.569.280,00	43.763.889,20	-	776.805.390,80
1761.00.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE S. ENTIDADES	805.074.824,00	39.388.431,54	-	765.686.392,46
1762.00.00.00	TRANSF. CONV. EST. E DO D.F. E DE SUAS ENTIDADES	13.200.000,00	2.578.400,45	-	10.621.599,55
1763.00.00.00	TRANSF. CONV. UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.535.312,00	1.711.019,96	175.707,96	-
1764.00.00.00	TRANSF. CONV. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	759.144,00	86.037,25	-	673.106,75
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	202.758.148,00	184.331.680,87	-	18.426.467,13
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	112.097.083,00	98.252.934,80	-	13.844.148,20
1911.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	50.937.620,00	57.321.505,63	6.383.885,63	-
1911.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO I.C.M.S	31.780.666,00	32.052.599,65	271.933,65	-
1911.01.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	20.260.175,00	24.042.681,58	3.782.506,58	-
1911.01.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	6.753.391,00	8.009.918,07	1.256.527,07	-
1911.01.03.00	COTA ESTADO/FUNDEF	3.575.325,00	-	-	3.575.325,00
1911.01.04.00	COTA MUNICÍPIO/FUNDEF	1.191.775,00	-	-	1.191.775,00
1911.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO I.P.V.A.	10.036.200,00	10.354.039,65	317.839,65	-
1911.02.01.00	I.P.V.A. ESTADUAL	5.018.100,00	5.179.203,18	161.103,18	-
1911.02.02.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	5.018.100,00	5.174.836,47	156.736,47	-
1911.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS IMPOSTOS	314.200,00	265.959,99	-	48.240,01
1911.03.01.00	I.T.B.I. ESTADUAL	16.600,00	16.708,69	108,69	-
1911.03.02.00	I.T.B.I. MUNICIPAL	16.600,00	16.708,47	108,47	-
1911.03.04.00	I.T.C.M.D.	281.000,00	232.542,83	-	48.457,17
1911.04.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍV. ATIVA	7.671.953,00	5.694.278,07	-	1.977.674,93
1911.04.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	4.885.375,00	4.205.047,64	-	680.327,36
1911.04.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	1.628.458,00	1.399.428,03	-	229.029,97
1911.04.03.00	COTA ESTADO/FUNDEF	862.125,00	-	-	862.125,00
1911.04.04.00	COTA MUNICÍPIO/FUNDEF	287.375,00	-	-	287.375,00
1911.04.05.00	I.P.V.A. ESTADUAL	4.310,00	44.375,13	40.065,13	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1911.04.06.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	4.310,00	44.373,17	40.063,17	-
1911.04.10.00	I.T.C.M.D.	-	1.054,10	1.054,10	-
1911.05.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	3.935,00	1.631,30	-	2.303,70
1911.05.01.00	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL - 2119	3.935,00	1.619,47	-	2.315,53
1911.05.05.00	TAXA JUDICIÁRIA - 2119	-	11,83	11,83	-
1911.06.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO I.C.M.S. R E F I S	1.130.666,00	8.952.996,97	7.822.330,97	-
1911.06.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	720.800,00	6.716.907,32	5.996.107,32	-
1911.06.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	240.266,00	2.236.089,65	1.995.823,65	-
1911.06.03.00	COTA ESTADO/FUNDEF	127.200,00	-	-	127.200,00
1911.06.04.00	COTA MUNICÍPIO/FUNDEF	42.400,00	-	-	42.400,00
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	61.159.463,00	40.931.429,17	-	20.228.033,83
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.037.627,00	29.092.502,52	7.054.875,52	-
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	14.045.000,00	19.080.699,81	5.035.699,81	-
1921.01.00.00	COMP. FINANC. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3.000.000,00	4.503.905,21	1.503.905,21	-
1921.02.00.00	COMP. FINANC. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS	3.000.000,00	1.206.944,58	-	1.793.055,42
1921.04.00.00	COMP. FINANCEIRA PREVIDENCIÁRIA - LEI 9.796	-	12.961.855,03	12.961.855,03	-
1921.09.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	8.045.000,00	407.994,99	-	7.637.005,01
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.992.627,00	10.011.802,71	2.019.175,71	-
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.293.673,00	13.865.098,46	-	20.428.574,54
1931.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	34.155.473,00	13.579.312,28	-	20.576.160,72
1931.01.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S.	34.040.933,00	12.861.811,22	-	21.179.121,78
1931.01.01.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. ESTADUAL	21.701.095,00	9.647.611,93	-	12.053.483,07
1931.01.02.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. MUNICIPAL	7.233.698,00	3.214.199,29	-	4.019.498,71
1931.01.03.00	DÍVIDA ATIVA COTA ESTADUAL/FUNDEF	3.829.605,00	-	-	3.829.605,00
1931.01.04.00	DÍVIDA ATIVA COTA MUNICIPAL/FUNDEF	1.276.535,00	-	-	1.276.535,00
1931.02.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A.	22.320,00	227.386,34	205.066,34	-
1931.02.01.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. ESTADUAL	11.160,00	114.157,76	102.997,76	-
1931.02.02.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. MUNICIPAL	11.160,00	113.228,58	102.068,58	-
1931.03.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.T.C.M.D.	5.420,00	1.501,72	-	3.918,28
1931.08.00.00	DÍV.ATIVA MULTAS P/INFR. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	86.800,00	488.613,00	401.813,00	-
1932.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	138.200,00	285.786,18	147.586,18	-
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	34.329.765,00	43.121.145,09	8.791.380,09	-
1990.01.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS JUDICIAIS	13.600.000,00	19.074.227,01	5.474.227,01	-
1990.02.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS EXTRA-JUDICIAIS	5.500.000,00	6.289.716,35	789.716,35	-
1990.03.00.00	SELO FISCALIZAÇÃO ATOS NOTATOR. E REGISTROS	3.600.000,00	3.568.312,81	-	31.687,19

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1990.04.00.00	TAXA DE PUBLICAÇÃO	-	1.001,00	1.001,00	-
1990.05.00.00	MULTA CONTRATUAL	-	16.311,46	16.311,46	-
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTR. SINDIVIDUAL	650.000,00	19.020,07	-	630.979,93
1990.07.00.00	REC.DE REG. PROC. AOR 00/06360700/TGE	-	3.414.539,14	3.414.539,14	-
1990.09.00.00	RENDA DE MULTAS	-	56,80	56,80	-
1990.23.00.00	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO	-	126.516,81	126.516,81	-
1990.26.00.00	VENDA DE EDITAIS	-	480,00	480,00	-
1990.28.00.00	RECEITA HOSPITALAR DE PARTICULARES	-	636.845,18	636.845,18	-
1990.31.00.00	TX. INSCRIÇÃO NA TRAVESSIA E CORRIDA DE SC	-	32.784,99	32.784,99	-
1990.32.00.00	RECEITA/LOTÉRICA/INDESP/FESPORTE	3.402.665,00	2.543.642,86	-	859.022,14
1990.33.00.00	RECEITA POR DOAÇÃO POR TRANSAÇÃO PENAL	-	100,00	100,00	-
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	7.577.100,00	7.397.590,61	-	179.509,39
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.562.977.688,00	1.318.628.229,30	-	1.244.349.458,70
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.798.825.000,00	1.033.919.574,59	-	764.905.425,41
2110.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.605.025.000,00	978.905.273,52	-	626.119.726,48
2110.06.00.00	FINANC. BNDS/ESTADO DE SANTA CATARINA	100.000.000,00	-	-	100.000.000,00
2110.07.00.00	FINANC. UNIÃO/ESTADO LEI 11.177 15/09/99	1.479.408.000,00	973.707.273,52	-	505.700.726,48
2110.08.00.00	FINANC. BID/BB/ESTADO STA. CATARINA/PRODETUR	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00
2110.09.00.00	FINANCIAMENTO CEF/SEF - LEI N.º 10637 DE 23/12/97	15.617.000,00	5.198.000,00	-	10.419.000,00
2120.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	193.800.000,00	55.014.301,07	-	138.785.698,93
2120.01.00.00	FINANCIAMENTO KFW/SES - LEI N.º 4993 17/05/74	900.000,00	-	-	900.000,00
2120.02.00.00	FINANC. BID-IV/EST. S.C. - LEI 11.830/07/01	165.900.000,00	55.014.301,07	-	110.885.698,93
2120.03.00.00	FINANC. BIRD/EST. S.C./MICROBACIAS	27.000.000,00	-	-	27.000.000,00
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	648.261.550,00	195.518.705,46	-	452.742.844,54
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	645.641.550,00	195.518.705,46	-	450.122.844,54
2210.09.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	1.616.550,00	1.050.264,72	-	566.285,28
2210.12.00.00	ALIENAÇÃO ATIVOS DO BESC	643.760.000,00	194.021.701,46	-	449.738.298,54
2210.99.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	265.000,00	446.739,28	181.739,28	-
2220.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.620.000,00	-	-	2.620.000,00
2210.08.00.00	ALIENAÇÃO DE TERRENOS	50.000,00	-	-	50.000,00
2220.99.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	2.570.000,00	-	-	2.570.000,00
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	40.681.525,00	18.119.267,11	-	22.562.257,89
2300.01.00.00	EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	300.000,00	147.249,63	-	152.750,37
2300.06.00.00	EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	2.000.000,00	941.036,90	-	1.058.963,10
2300.08.00.00	EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS	13.380.000,00	2.435.118,71	-	10.944.881,29

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2300.10.00.00	RETORNO EMPRÉSTIMO MÉDICO	5.000.000,00	1.765.475,54	-	3.234.524,46
2300.11.00.00	RETORNO EMPRÉSTIMO DO PLANO	16.970.000,00	12.830.386,33	-	4.139.613,67
2300.70.00.00	OUTRAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.031.525,00	-	-	3.031.525,00
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.665.063,00	64.126.849,96	11.461.786,96	-
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.09.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2430.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	840.000,00	-	-	840.000,00
2470.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	51.495.063,00	64.126.849,96	12.631.786,96	-
2471.00.00.00	TRANSF. DE CONV. DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	51.495.063,00	64.106.849,96	12.611.786,96	-
2473.00.00.00	TRANSF. CONV. DOS MUNCIC. E SUAS ENTIDADES	-	20.000,00	20.000,00	-
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	22.544.550,00	6.943.832,18	-	15.600.717,82
2520.00.00.00	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	3.000,00	-	-	3.000,00
2590.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	22.541.550,00	6.943.832,18	-	15.597.717,82

Florianópolis, 13 de outubro de 2004

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC N.º 15.874

VILSON COELHO
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC/SC N.º 7.678

ANEXO II

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
0000.00.00.00	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.523.876.377,00	6.860.161.171,52	-	2.663.715.205,48
1000.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.868.072.463,00	6.710.476.213,53	-	157.596.249,47
1100.00.00.00	RECEITAS TRIBUTÁRIAS	4.205.724.105,00	4.656.210.813,83	450.486.708,83	-
1110.00.00.00	IMPOSTOS	4.095.253.275,00	4.554.933.371,33	459.680.096,33	-
1112.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	416.777.400,00	460.491.550,08	43.714.150,08	-
1112.03.00.00	I.T.B.I.	112.400,00	162.454,43	50.054,43	-
1112.03.01.00	I.T.B.I. ESTADUAL	56.200,00	81.227,36	25.027,36	-
1112.03.02.00	I.T.B.I. MUNICIPAL	56.200,00	81.227,07	25.027,07	-
1112.04.00.00	IMPOSTO S/A RENDA PROV. DE QUALQUER NATUREZA	162.361.400,00	189.558.883,81	27.197.483,81	-
1112.04.30.00	RETIDO NAS FONTES - I.R.R.F.	162.361.400,00	189.558.883,81	27.197.483,81	-
1112.05.00.00	I.P.V.A.	243.773.800,00	258.257.555,23	14.483.755,23	-
1112.05.01.00	I.P.V.A. ESTADUAL	121.886.900,00	129.131.081,79	7.244.181,79	-
1112.05.02.00	I.P.V.A. MUNICIPAL	121.886.900,00	129.126.473,44	7.239.573,44	-
1112.07.00.00	I.T.C.M.D.	10.529.800,00	12.512.656,61	1.982.856,61	-
1113.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	3.678.475.875,00	4.094.441.821,25	415.965.946,25	-
1113.02.00.00	I.C.M.S.	3.678.475.875,00	4.626.072.835,31	947.596.960,31	-
1113.02.01.00	I.C.M.S. ESTADUAL	2.618.889.834,00	3.449.030.060,93	830.140.226,93	-
1113.02.02.00	I.C.M.S. MUNICIPAL	1.027.015.620,00	1.149.657.397,36	122.641.777,36	-
1113.02.05.00	REFIS - I.C.M.S. ESTADUAL	23.395.655,00	20.557.708,90	-	2.837.946,10
1113.02.06.00	REFIS - I.C.M.S. MUNICIPAL	9.174.766,00	6.827.668,12	-	2.347.097,88
1113.03.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF I.C.M.S.	-	(531.631.014,06)	-	531.631.014,06
1120.00.00.00	TAXAS	110.470.830,00	101.277.442,50	-	9.193.387,50
1121.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	664.702,55	664.702,55	-
1121.01.00.00	TAXA DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTRO	-	664.702,54	664.702,54	-
1121.17.00.00	TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL	-	0,01	0,01	-
1122.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	110.470.830,00	100.612.739,95	-	9.858.090,05
1122.01.00.00	TAXA JUDICIÁRIA	1.000.000,00	1.142.876,10	142.876,10	-
1122.04.00.00	TAXA DE SEG. OSTENSIVA CONTRA DELITOS	-	2.912,06	2.912,06	-
1122.05.00.00	TAXA DE SERVIÇOS GERAIS	109.470.830,00	98.926.951,02	-	10.543.878,98
1122.05.01.00	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	4.795.000,00	3.700.314,88	-	1.094.685,12
1122.05.02.00	ATOS DA DA SAÚDE PÚBLICA	854.300,00	266.643,67	-	587.656,33
1122.05.03.00	ATOS DA SEC. ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	103.821.530,00	94.246.396,78	-	9.575.133,22
1122.05.04.00	ATOS DA POLÍCIA MILITAR	-	713.394,57	713.394,57	-
1122.05.05.00	ATOS SEDRA	-	201,12	201,12	-
1122.08.00.00	TAXA DE SEGURANÇA PREVENTIVA	-	540.000,77	540.000,77	-
1200.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	326.940.136,00	271.731.782,18	-	55.208.353,82
1210.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	326.940.136,00	271.731.782,18	-	55.208.353,82

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1210.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO ESTADO	26.631.763,00	23.939.752,54	-	2.692.010,46
1210.01.02.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PLANO DE SAÚDE	26.631.763,00	23.939.752,54	-	2.692.010,46
1210.02.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	116.394.664,00	105.886.141,19	-	10.508.522,81
1210.03.00.00	QUOTA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	1.000.000,00	584.021,67	-	415.978,33
1210.04.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS ESTADUAIS	174.678.192,00	138.304.092,93	-	36.374.099,07
1210.04.01.00	CONTRIBUIÇÃO ASSOC. PREVIDÊNCIA DE SOCIAL	148.046.429,00	114.108.720,89	-	33.937.708,11
1210.04.02.00	CONTRIBUIÇÃO ASSOC. PLANO DE SAÚDE	26.631.763,00	24.195.372,04	-	2.436.390,96
1210.05.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS MUNICIPAIS	2.000.000,00	1.374.794,06	-	625.205,94
1210.06.00.00	CONTRIBUIÇÃO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	1.150.000,00	1.120.078,05	-	29.921,95
1210.07.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS FACULTATIVOS	10.000,00	3.150,76	-	6.849,24
1210.08.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VOLUNTÁRIOS	221.517,00	234.471,40	12.954,40	-
1210.09.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTAS	4.854.000,00	285.279,58	-	4.568.720,42
1300.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	70.719.111,00	114.404.740,97	43.685.629,97	-
1310.00.00.00	RECEITA IMOBILIÁRIA	1.414.650,00	1.933.395,10	518.745,10	-
1311.00.00.00	ALUGUÉIS	854.550,00	588.398,84	-	266.151,16
1312.00.00.00	ARRENDAMENTOS	540.100,00	1.002.171,26	462.071,26	-
1319.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	20.000,00	342.825,00	322.825,00	-
1320.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	68.338.361,00	111.268.186,93	42.929.825,93	-
1322.00.00.00	DIVIDENDOS	42.250,00	22.684,98	-	19.565,02
1322.02.00.00	BESC S/A	10.000,00	-	-	10.000,00
1322.03.00.00	BANCO DO BRASIL S/A	7.000,00	-	-	7.000,00
1322.04.00.00	TELESC	21.050,00	2.024,26	-	19.025,74
1322.05.00.00	TELEBRAS	1.200,00	1.699,58	499,58	-
1322.06.00.00	CIASC S/A	3.000,00	-	-	3.000,00
1322.08.00.00	TELESP	-	5.673,64	5.673,64	-
1322.14.00.00	TELEPAR	-	13.287,50	13.287,50	-
1325.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	68.296.111,00	111.245.501,95	42.949.390,95	-
1325.01.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - ASSEMB. LEGISLATIVA	-	958.281,18	958.281,18	-
1325.02.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - TRIBUNAL DE CONTAS	9.000.000,00	1.858.728,33	-	7.141.271,67
1325.03.00.00	REM. DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - JUDICIÁRIO	27.000.000,00	37.918.814,78	10.918.814,78	-
1325.04.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS DO FUNDO JUDICIÁRIO	1.500.000,00	3.252.988,11	1.752.988,11	-
1325.05.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS - MINISTÉRIO PÚBLICO	-	849.736,89	849.736,89	-
1325.06.00.00	REM. DE DEP. BANCÁRIOS DO FDO MINISTÉRIO PÚBLICO	-	121.729,56	121.729,56	-
1325.07.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. DISPONÍVEIS - ADM. DIRETA	19.255.800,00	38.230.992,14	18.975.192,14	-
1325.08.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - ADM. DIRETA	-	11.234.247,05	11.234.247,05	-
1325.09.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - ENT. AUTARQUIAS	870.000,00	2.438.864,54	1.568.864,54	-
1325.10.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - AUTARQUIAS	840.000,00	1.314.082,46	474.082,46	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1325.11.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - FUNDAÇÕES	6.115.000,00	1.224.697,69	-	4.890.302,31
1325.12.00.00	REM. DE DEP. BANC. VINCULADO - FUNDAÇÕES	50.000,00	89.714,41	39.714,41	-
1325.13.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - FUNDOS	2.034.200,00	4.246.316,59	2.212.116,59	-
1325.14.00.00	REM. DEP. BANC. - REC. VINCULADOS - FUNDOS	1.360.000,00	5.411.189,39	4.051.189,39	-
1325.15.00.00	REM. DE DEP. BANC. DISPONÍVEL - EMPRESAS	-	133.571,68	133.571,68	-
1325.16.00.00	REM. DE DEP. BANC. VINCULADOS - EMPRESAS	271.111,00	268.336,94	-	2.774,06
1325.17.00.00	REND. PENSÕES E APOSENTADORIAS (58-5)/IPESC	-	125.131,58	125.131,58	-
1325.18.00.00	REND. PLANO SAÚDE (33-0)/IPESC	-	1.146.786,63	1.146.786,63	-
1325.19.00.00	REND. OBRIGAÇÕES PATRONAIS (59-3)/IPESC	-	87.480,29	87.480,29	-
1325.20.00.00	REND. CONTA MOVIMENTO/POUPANÇA/IPESC	-	333.811,71	333.811,71	-
1390.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	966.100,00	1.203.158,94	237.058,94	-
1400.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	2.182.400,00	2.040.458,78	-	141.941,22
1410.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	110.000,00	575.185,84	465.185,84	-
1420.00.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	1.419.000,00	886.405,96	-	532.594,04
1490.00.00.00	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	653.400,00	578.866,98	-	74.533,02
1500.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	9.598.856,00	9.369.303,20	-	229.552,80
1520.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	3.964.000,00	3.621.245,12	-	342.754,88
1530.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	5.634.856,00	5.748.058,08	113.202,08	-
1600.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	486.872.442,00	86.828.511,62	-	400.043.930,38
1600.01.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	180.000,00	159.043,18	-	20.956,82
1600.02.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	208.600.000,00	2.189,25	-	208.597.810,75
1600.03.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTES	10.421.773,00	13.425.103,05	3.003.330,05	-
1600.05.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	150.100.000,00	9.394.164,31	-	140.705.835,69
1600.06.00.00	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	10.600.000,00	11.417.881,47	817.881,47	-
1600.07.00.00	SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM	14.857.800,00	17.243.495,01	2.385.695,01	-
1600.12.00.00	SERVIÇOS TECNOLÓGICO	4.791.500,00	448.348,30	-	4.343.151,70
1600.13.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	7.855.004,00	6.821.524,04	-	1.033.479,96
1600.14.00.00	SERVIÇO DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	640.000,00	1.177.116,83	537.116,83	-
1600.15.00.00	SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	157.200,00	2.304,30	-	154.895,70
1600.16.00.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	35.015.000,00	6.348.074,63	-	28.666.925,37
1600.17.00.00	SERVIÇO AGROPECUÁRIO	2.270.000,00	1.459.479,44	-	810.520,56
1600.19.00.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	291.000,00	263.525,58	-	27.474,42
1600.20.00.00	SERV. DE CONSULTORIA, ASSIST. TÉCNICA E ANÁLISE	6.641.059,00	692.772,06	-	5.948.286,94
1600.22.00.00	SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.991.449,00	108.134,72	-	3.883.314,28
1600.24.00.00	SERVIÇOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO	8.591.050,00	5.338.544,57	-	3.252.505,43
1600.99.00.00	OUTROS SERVIÇOS	21.869.607,00	12.526.810,88	-	9.342.796,12
1700.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.562.708.493,00	1.345.296.920,73	-	217.411.572,27

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1720.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.196.543.617,00	1.314.312.927,23	117.769.310,23	-
1721.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	635.642.888,00	809.620.306,51	173.977.418,51	-
1721.01.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	526.386.883,00	493.904.337,71	-	32.482.545,29
1721.01.01.00	F.P.E.	235.077.020,00	236.221.753,56	1.144.733,56	-
1721.01.01.01	COTA-PARTE ESTADO	235.077.020,00	277.907.944,89	42.830.924,89	-
1721.01.01.02	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF F.P.E.	-	(41.686.191,33)	-	41.686.191,33
1721.01.03.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL PETROBRÁS	589.000,00	830.828,10	241.828,10	-
1721.01.12.00	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO	185.720.863,00	163.784.066,88	-	21.936.796,12
1721.01.12.01	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO - ESTADUAL	150.702.195,00	138.409.070,44	-	12.293.124,56
1721.01.12.02	COTA-PARTE DO I.P.I. EXPORTAÇÃO - MUNICIPAL	35.018.668,00	46.136.356,83	11.117.688,83	-
1721.01.12.04	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF - I.P.I.	-	(20.761.360,39)	-	20.761.360,39
1721.01.30.00	COTA-PARTE DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	105.000.000,00	93.067.689,17	-	11.932.310,83
1721.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	109.256.005,00	315.715.968,80	206.459.963,80	-
1721.09.01.00	TRANSF. FIN. EST., DF E MUNICÍPIOS LEI N.º 87/96	105.056.005,00	115.665.166,93	10.609.161,93	-
1721.09.02.00	DEDUÇÃO DE RECEITA - FUNDEF - LC 87/96	-	(17.349.774,98)	-	17.349.774,98
1721.09.48.00	GESTÃO PLENA ESTADUAL	-	213.831.109,18	213.831.109,18	-
1721.09.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.200.000,00	3.569.467,67	-	630.532,33
1723.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	-	168.151,10	168.151,10	-
1724.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	560.900.729,00	504.524.469,62	-	56.376.259,38
1724.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEF	560.900.729,00	504.524.469,62	-	56.376.259,38
1724.01.01.00	F.P.E./FUNDEF - ESTADUAL	41.484.180,00	94.923.521,00	53.439.341,00	-
1724.01.02.00	I.P.I./FUNDEF - ESTADUAL	26.594.505,00	15.843.966,74	-	10.750.538,26
1724.01.03.00	LC 87/96/FUNDEF - ESTADUAL	18.539.295,00	12.354.722,56	-	6.184.572,44
1724.01.04.00	I.C.M.S./FUNDEF - ESTADUAL	474.282.749,00	381.402.259,32	-	92.880.489,68
1730.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	120.000,00	-	-	120.000,00
1760.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	366.044.876,00	30.983.993,50	-	335.060.882,50
1761.00.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE S. ENTIDADES	362.408.499,00	19.542.802,07	-	342.865.696,93
1762.00.00.00	TRANSF. CONV. EST. E DO D.F. E DE SUAS ENTIDADES	2.603.342,00	8.363.373,98	5.760.031,98	-
1763.00.00.00	TRANSF. CONV. UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	211.800,00	2.296.027,64	2.084.227,64	-
1764.00.00.00	TRANSF. CONV. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	821.235,00	781.789,81	-	39.445,19
1900.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	203.326.920,00	224.593.682,22	21.266.762,22	-
1910.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	116.817.019,00	92.735.890,43	-	24.081.128,57
1911.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TRIBUTOS	60.675.889,00	66.858.783,35	6.182.894,35	-
1911.01.00.00	MULTAS E JUROS DO I.C.M.S	37.470.368,00	33.188.108,79	-	4.282.259,21
1911.01.01.00	MULTAS E JUROS DO ICMS ESTADUAL	26.915.335,00	15.255.560,16	-	11.659.774,84
1911.01.01.01	MULTAS DO ICMS ESTADUAL	17.494.968,00	5.863.167,48	-	11.631.800,52
1911.01.01.02	JUROS DO ICMS ESTADUAL	9.420.367,00	9.392.392,68	-	27.974,32

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1911.01.02.00	MULTAS E JUROS DO I.C.M.S. MUNICIPAL	10.555.033,00	5.080.519,13	-	5.474.513,87
1911.01.02.01	MULTAS DO ICMS MUNICIPAL	6.860.771,00	1.950.578,01	-	4.910.192,99
1911.01.02.02	JUROS DO ICMS MUNICIPAL	3.694.262,00	3.129.941,12	-	564.320,88
1911.01.03.00	MULTAS PUNITIVAS DO I.C.M.S.	-	12.852.029,50	12.852.029,50	-
1911.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	10.413.000,00	12.205.591,05	1.792.591,05	-
1911.02.01.00	MULTAS E JUROS DO IPVA ESTADUAL	5.206.500,00	6.105.494,87	898.994,87	-
1911.02.01.01	MULTAS DO IPVA ESTADUAL	3.904.875,00	4.744.925,59	840.050,59	-
1911.02.01.02	JUROS DO IPVA ESTADUAL	1.301.625,00	1.360.569,28	58.944,28	-
1911.02.02.00	MULTAS E JUROS DO IPVA MUNICIPAL	5.206.500,00	6.100.096,18	893.596,18	-
1911.02.02.01	MULTAS DO IPVA MUNICIPAL	3.904.875,00	4.742.253,07	837.378,07	-
1911.02.02.02	JUROS DO IPVA MUNICIPAL	1.301.625,00	1.357.843,11	56.218,11	-
1911.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS IMPOSTOS	293.990,00	315.181,32	21.191,32	-
1911.03.01.00	MULTAS E JUROS DO ITBI ESTADUAL	14.430,00	28.706,61	14.276,61	-
1911.03.01.01	MULTAS DO ITBI ESTADUAL	14.430,00	28.493,38	14.063,38	-
1911.03.01.02	JUROS DO ITBI ESTADUAL	-	213,23	213,23	-
1911.03.02.00	MULTAS DO ITBI MUNICIPAL	14.430,00	28.712,19	14.282,19	-
1911.03.02.01	MULTAS DO ITBI MUNICIPAL	14.430,00	28.498,96	14.068,96	-
1911.03.02.02	JUROS DO ITBI MUNICIPAL	-	213,23	213,23	-
1911.03.04.00	MULTAS E JUROS DO ITCMD	265.130,00	257.762,52	-	7.367,48
1911.03.04.01	MULTAS DO ITCMD	225.360,00	217.059,89	-	8.300,11
1911.03.04.02	JUROS DO ITCMD	39.770,00	40.702,63	932,63	-
1911.04.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	4.710.193,00	12.373.246,71	7.663.053,71	-
1911.04.01.00	MULTAS E JUROS DO ICMS ESTADUAL	3.370.896,00	4.054.271,36	683.375,36	-
1911.04.01.01	MULTAS DO ICMS ESTADUAL	1.415.776,00	261,39	-	1.415.514,61
1911.04.01.02	JUROS DO ICMS ESTADUAL	1.955.120,00	4.054.009,97	2.098.889,97	-
1911.04.02.00	MULTAS E JUROS DO I.C.M.S. MUNICIPAL	1.321.930,00	1.347.330,74	25.400,74	-
1911.04.02.01	MULTAS DO ICMS MUNICIPAL	555.210,00	87,13	-	555.122,87
1911.04.02.02	JUROS DO ICMS MUNICIPAL	766.720,00	1.347.243,61	580.523,61	-
1911.04.03.00	MULTAS PUNITIVAS DO I.C.M.S.	-	6.692.819,75	6.692.819,75	-
1911.04.05.00	MULTAS E JUROS DO IPVA ESTADUAL	7.528,00	138.908,57	131.380,57	-
1911.04.05.01	MULTAS DO IPVA ESTADUAL	3.538,00	68.977,34	65.439,34	-
1911.04.05.02	JUROS DO IPVA ESTADUAL	3.990,00	69.931,23	65.941,23	-
1911.04.06.00	MULTAS E JUROS DO IPVA MUNICIPAL	7.528,00	138.815,36	131.287,36	-
1911.04.06.01	MULTAS DO IPVA MUNICIPAL	3.538,00	68.923,85	65.385,85	-
1911.04.06.02	JUROS DO IPVA MUNICIPAL	3.990,00	69.891,51	65.901,51	-
1911.04.07.00	MULTAS E JUROS DO ITBI ESTADUAL	-	366,55	366,55	-
1911.04.07.01	MULTAS DO ITBI ESTADUAL	-	308,34	308,34	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1911.04.07.02	JUROS DO ITBI ESTADUAL	-	58,21	58,21	-
1911.04.08.00	MULTAS E JUROS DO ITBI MUNICIPAL	-	366,53	366,53	-
1911.04.08.01	MULTAS DO ITBI MUNICIPAL	-	308,33	308,33	-
1911.04.08.02	JUROS DO ITBI MUNICIPAL	-	58,20	58,20	-
1911.04.10.00	MULTAS E JUROS DO ITCMD	2.311,00	367,85	-	1.943,15
1911.04.10.01	MULTAS DO ITCMD	185,00	111,71	-	73,29
1911.04.10.02	JUROS DO ITCMD	2.126,00	256,14	-	1.869,86
1911.05.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	3.934,00	1.126,18	-	2.807,82
1911.05.01.00	MULTAS E JUROS DE ATOS ADM. EM GERAL - 2119	3.934,00	1.126,18	-	2.807,82
1911.05.01.01	MULTAS DE ATOS DA ADM. GERAL - 2119	2.950,00	839,89	-	2.110,11
1911.05.01.02	JUROS DE ATOS DA ADM. GERAL - 2119	984,00	286,29	-	697,71
1911.06.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍV. ATIVA ICMS/REFIS	7.784.404,00	8.775.529,30	991.125,30	-
1911.06.01.00	MULTAS E JUROS DO ICMS ESTADUAL	5.591.614,00	6.584.225,44	992.611,44	-
1911.06.01.01	MULTAS DO ICMS ESTADUAL	1.118.322,00	-	-	1.118.322,00
1911.06.01.02	JUROS DO ICMS ESTADUAL	4.473.292,00	6.584.225,44	2.110.933,44	-
1911.06.02.00	MULTAS E JUROS DO I.C.M.S MUNICIPAL	2.192.790,00	2.191.303,86	-	1.486,14
1911.06.02.01	MULTAS DO ICMS MUNICIPAL	438.558,00	-	-	438.558,00
1911.06.02.02	JUROS DO ICMS MUNICIPAL	1.754.232,00	2.191.303,86	437.071,86	-
1919.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	56.141.130,00	25.877.107,08	-	30.264.022,92
1920.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.128.494,00	30.948.960,51	820.466,51	-
1921.00.00.00	INDENIZAÇÕES	29.025.000,00	23.600.377,44	-	5.424.622,56
1921.01.00.00	COMP. FINANC. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	4.000.000,00	5.389.102,91	1.389.102,91	-
1921.02.00.00	COMP. FINANC. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS	15.000.000,00	1.317.641,85	-	13.682.358,15
1921.04.00.00	COMP. FINANCEIRA PREVIDENCIÁRIA - LEI 9.796	-	16.822.732,95	16.822.732,95	-
1921.09.00.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.025.000,00	70.899,73	-	9.954.100,27
1922.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.103.494,00	7.348.583,07	6.245.089,07	-
1930.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.660.607,00	58.454.703,76	44.794.096,76	-
1931.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	13.500.697,00	57.299.612,73	43.798.915,73	-
1931.01.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S.	13.140.443,00	56.240.331,04	43.099.888,04	-
1931.01.01.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. ESTADUAL	9.438.910,00	42.205.588,46	32.766.678,46	-
1931.01.02.00	DÍVIDA ATIVA DO I.C.M.S. MUNICIPAL	3.701.533,00	14.034.742,58	10.333.209,58	-
1931.02.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A.	39.040,00	304.836,65	265.796,65	-
1931.02.01.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. ESTADUAL	19.520,00	152.474,17	132.954,17	-
1931.02.02.00	DÍVIDA ATIVA DO I.P.V.A. MUNICIPAL	19.520,00	152.362,48	132.842,48	-
1931.03.00.00	DÍVIDA ATIVA DO I.T.C.M.D.	3.014,00	1.231,38	-	1.782,62
1931.05.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ITBI ESTADUAL	-	331,47	331,47	-
1931.06.00.00	DÍVIDA ATIVA DO ITBI MUNICIPAL	-	331,47	331,47	-

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1931.08.00.00	DIV.ATIVA MULTAS P/INFR. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	318.200,00	752.550,72	434.350,72	-
1932.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	159.910,00	1.155.091,03	995.181,03	-
1990.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	42.720.800,00	42.454.127,52	-	266.672,48
1990.01.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS JUDICIAIS	18.500.000,00	22.527.826,32	4.027.826,32	-
1990.02.00.00	CUSTAS DE ESCRIVANIAS EXTRA-JUDICIAIS	6.000.000,00	7.349.597,15	1.349.597,15	-
1990.03.00.00	SELO FISCALIZAÇÃO ATOS NOTATOR. E REGISTROS	4.000.000,00	3.462.800,67	-	537.199,33
1990.06.00.00	DOAÇÕES LEGADOS CONTR. SINDIVIDUAL	5.581.000,00	7.216,38	-	5.573.783,62
1990.23.00.00	TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO	-	150.451,01	150.451,01	-
1990.26.00.00	VENDA DE EDITAIS	-	550,00	550,00	-
1990.28.00.00	RECEITA HOSPITALAR DE PARTICULARES	-	734.857,88	734.857,88	-
1990.31.00.00	TX. INSCRIÇÃO NA TRAVESSIA E CORRIDA DE SC	-	11.060,00	11.060,00	-
1990.32.00.00	RECEITA/LOTÉRICA/INDESP/FESPORTE	-	420.076,96	420.076,96	-
1990.35.00.00	RECEITA MARATONA DE SANTA CATARINA	-	30.681,00	30.681,00	-
1990.36.00.00	CONTRIBUIÇÃO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/FCD	-	60.000,00	60.000,00	-
1990.99.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	8.639.800,00	7.699.010,15	-	940.789,85
2000.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.655.803.914,00	149.684.957,99	-	2.506.118.956,01
2100.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.760.365.500,00	112.055.058,86	-	1.648.310.441,14
2110.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.545.037.000,00	7.271.000,00	-	1.537.766.000,00
2110.06.00.00	FINANC. BNDS/ESTADO DE SANTA CATARINA	47.500.000,00	-	-	47.500.000,00
2110.07.00.00	FINANC. UNIÃO/ESTADO LEI 11.177 15/09/99	1.479.408.000,00	-	-	1.479.408.000,00
2110.08.00.00	FINANC. BID/BB/ESTADO STA. CATARINA/PRODETUR	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
2110.09.00.00	FINANCIAMENTO CEF/SEF - LEI N.º 10637 DE 23/12/97	15.629.000,00	7.271.000,00	-	8.358.000,00
2120.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	215.328.500,00	104.784.058,86	-	110.544.441,14
2120.02.00.00	FINANC. BID-IV/EST. S.C. - LEI 11.830/07/01	196.160.000,00	99.001.953,10	-	97.158.046,90
2120.03.00.00	FINANC. BIRD/EST. S.C./MICROBACIAS	19.168.500,00	5.782.105,76	-	13.386.394,24
2200.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	647.913.113,00	693.316,49	-	647.219.796,51
2210.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	645.308.780,00	693.316,49	-	644.615.463,51
2210.09.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	1.251.500,00	665.276,49	-	586.223,51
2210.12.00.00	ALIENAÇÃO ATIVOS DO BESC	643.760.000,00	-	-	643.760.000,00
2210.99.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	297.280,00	28.040,00	-	269.240,00
2220.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.604.333,00	-	-	2.604.333,00
2210.08.00.00	ALIENAÇÃO DE TERRENOS	50.000,00	-	-	50.000,00
2220.99.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	2.554.333,00	-	-	2.554.333,00
2300.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	38.142.209,00	22.186.533,17	-	15.955.675,83
2300.01.00.00	EMPRÉSTIMO HABITACIONAL	-	88.810,92	88.810,92	-
2300.06.00.00	EMPRÉSTIMOS P/FINANCIAMENTOS INTERNOS	-	177.310,79	177.310,79	-
2300.08.00.00	EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS	12.443.800,00	5.900.125,22	-	6.543.674,78

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 10, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2300.10.00.00	RETORNO EMPRÉSTIMO MÉDICO	-	723.395,94	723.395,94	-
2300.11.00.00	RETORNO EMPRÉSTIMO DO PLANO	-	15.296.890,30	15.296.890,30	-
2300.70.00.00	OUTRAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	25.698.409,00	-	-	25.698.409,00
2400.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	179.130.000,00	11.684.921,82	-	167.445.078,18
2420.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.09.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2421.09.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	330.000,00	-	-	330.000,00
2460.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-	3.316.480,00	3.316.480,00	-
2470.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	178.800.000,00	8.368.441,82	-	170.431.558,18
2471.00.00.00	TRANSF. DE CONV. DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	177.550.000,00	8.368.441,82	-	169.181.558,18
2472.00.00.00	TRANSF. DE CONV. ESTADOS, DF E SUAS ENTIDADES	900.000,00	-	-	900.000,00
2474.00.00.00	TRANSF. CONV. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	350.000,00	-	-	350.000,00
2500.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.253.092,00	3.065.127,65	-	27.187.964,35
2520.00.00.00	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	4.982.292,00	-	-	4.982.292,00
2590.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	25.270.800,00	3.065.127,65	-	22.205.672,35

Florianópolis, 13 de outubro de 2004

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC N.º 15.874

VILSON COELHO
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC/SC N.º 7.678

REINALDO NERI PEREIRA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CODESC
MATRÍCULA 294.365

ANEXO III

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
000000	DESPESAS ORÇAMENTÁRIA	9.343.787.208,00	1.450.594.598,66	1.344.325.405,86	9.450.056.400,80	7.190.840.784,54	2.259.215.616,26
300000	DESPESAS CORRENTES	5.603.841.114,00	1.098.041.595,46	866.626.733,92	5.835.255.975,54	5.356.214.699,40	479.041.276,14
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.594.901.887,00	631.299.218,42	471.370.682,40	2.754.830.423,02	2.657.769.051,30	97.061.371,72
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.594.901.887,00	631.299.218,42	471.370.682,40	2.754.830.423,02	2.657.769.051,30	97.061.371,72
319001	APOSENTARIAS E REFORMAS	595.851.297,00	181.337.019,43	23.625.747,33	753.562.569,10	748.912.251,76	4.650.317,34
319003	PENSÕES	213.700.391,00	424.000,00	5.626.271,40	208.498.119,60	198.540.334,48	9.957.785,12
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	370.500,00	171.137.360,00	114.715.373,46	56.792.486,54	47.762.366,46	9.030.120,08
319007	CONTRIBUIÇÃO ENTID. FECH. PREVIDÊNCIA	4.635.000,00	-	1.135.000,00	3.500.000,00	3.298.863,22	201.136,78
319009	SALÁRIO FAMÍLIA	1.263.014,00	137.300,00	665.242,44	735.071,56	324.386,57	410.684,99
319011	VENC. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.242.285.657,00	126.851.683,58	199.809.266,00	1.169.328.074,58	1.129.058.925,96	40.268.148,62
319012	VENC. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	190.779.998,00	66.700.000,00	152.200,00	257.327.798,00	257.139.865,72	187.932,28
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	180.073.065,00	33.736.324,55	44.399.024,00	169.410.365,55	154.578.905,64	14.831.459,91
319016	OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	47.003.063,00	6.861.000,00	32.454.662,31	21.409.400,69	19.278.822,68	2.130.578,01
319017	OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	38.120.000,00	-	35.617.400,00	2.502.600,00	2.446.696,19	55.903,81
319034	OUTRAS DESP. PESSOAL CONTR. TERCEIRIZADO	1.450.000,00	-	1.100.000,00	350.000,00	-	350.000,00
319067	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	200.000,00	-	150.000,00	50.000,00	37.724,10	12.275,90
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	44.281.207,00	460.000,00	671.000,00	44.070.207,00	40.188.187,65	3.882.019,35
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28.605.463,00	41.321.942,86	10.971.524,76	58.955.881,10	49.075.231,55	9.880.649,55
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.630.300,00	1.040.000,00	114.000,00	2.556.300,00	2.333.680,84	222.619,16
319096	RESSARC. DE DESP. DE PESS. REQUISITADA	4.652.932,00	1.292.588,00	163.970,70	5.781.549,30	4.791.808,48	989.740,82
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	265.704.934,00	25.000.000,00	135.554,04	290.569.379,96	284.616.044,62	5.953.335,34
329000	APLICAÇÕES DIRETAS	265.704.934,00	25.000.000,00	135.554,04	290.569.379,96	284.616.044,62	5.953.335,34
329021	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	260.960.333,00	25.000.000,00	-	285.960.333,00	280.793.835,83	5.166.497,17
329022	OUTROS ENCARGOS S/ A DÍVIDA POR CONTRATO	4.729.251,00	-	124.554,04	4.604.696,96	3.822.175,49	782.521,47
329023	JUROS, DES. DESC. DIV. MOBILIÁRIA	11.100,00	-	11.000,00	100,00	-	100,00
329024	OUTROS ENCARGOS S/DIV. MOBILIÁRIA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
329025	ENCARGOS S/OPER. CRED. ANTEC. RECEITA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
329092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.050,00	-	-	4.050,00	33,30	4.016,70
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.743.234.293,00	441.742.377,04	395.120.497,48	2.789.856.172,56	2.413.829.603,48	376.026.569,08
332000	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	383.000,00	1.983.354,59	283.000,00	2.083.354,59	1.225.328,14	858.026,45
332020	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	-	3.000,00	-	3.000,00	-	3.000,00
332030	MATERIAL DE CONSUMO	-	1.500,00	-	1.500,00	-	1.500,00
332033	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	-	2.500,00	-	2.500,00	-	2.500,00
332039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	283.000,00	-	283.000,00	-	-	-
332041	CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	1.826.354,59	-	1.926.354,59	1.077.689,11	848.665,48
332093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	150.000,00	-	150.000,00	147.639,03	2.360,97
333000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DF	200.000,00	-	-	200.000,00	-	200.000,00
333043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	200.000,00	-	-	200.000,00	-	200.000,00
334000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.221.465.435,00	20.589.169,00	16.331.330,50	1.225.723.273,50	1.174.384.177,14	51.339.096,36
334030	MATERIAL DE CONSUMO	-	1.225.765,00	-	1.225.765,00	1.160.765,00	65.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
334039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	1.202.500,00	332.500,00	1.402.500,00	132.500,00	132.500,00	-
334041	CONTRIBUIÇÕES	68.947.001,00	16.480.054,00	14.918.880,50	70.508.174,50	53.322.769,43	17.185.405,07
334043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	110.000,00	-	9.950,00	100.050,00	-	100.050,00
334081	DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA	1.151.205.934,00	2.000.000,00	-	1.153.205.934,00	1.119.217.292,71	33.988.641,29
334092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	550.850,00	-	550.850,00	550.850,00	-
335000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	127.931.640,00	62.742.502,23	41.111.194,59	139.562.947,64	94.678.955,70	44.883.991,94
335030	MATERIAL DE CONSUMO	-	260.000,00	-	260.000,00	190.000,00	70.000,00
335039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	16.172.600,00	135.000,00	15.672.600,00	635.000,00	524.703,80	110.296,20
335041	CONTRIBUIÇÕES	49.371.500,00	23.651.895,45	16.640.604,59	56.382.790,86	20.514.791,12	35.867.999,74
335043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	62.387.540,00	28.695.606,78	8.797.990,00	82.285.156,78	73.449.460,78	8.835.696,00
336000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	3.030.525,00	657.600,00	123.640,00	3.564.485,00	649.914,08	2.914.570,92
336041	CONTRIBUIÇÕES	3.030.525,00	657.600,00	123.640,00	3.564.485,00	649.914,08	2.914.570,92
338000	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-
338041	CONTRIBUIÇÕES	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.390.213.693,00	365.769.751,22	337.261.332,39	1.418.722.111,83	1.142.891.228,42	275.830.883,41
339003	PENSÕES	-	5.250,00	5.250,00	-	-	-
339004	CONTRATAÇÃO TEMPO DETERMINADO	119.000,00	-	100.000,00	19.000,00	-	19.000,00
339005	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	43.239.400,00	-	150.000,00	43.089.400,00	39.465.113,45	3.624.286,55
339008	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.500.404,00	783.000,00	394.006,86	3.889.397,14	2.821.602,50	1.067.794,64
339009	SALÁRIO FAMÍLIA	50.000,00	-	50.000,00	-	-	-
339010	OUTROS BENEF. NATUREZA SOCIAL	1.528.286,00	-	1.205.168,00	323.118,00	14.377,36	308.740,64
339014	DIÁRIAS - CIVIL	39.271.728,00	8.535.183,36	6.407.227,84	41.399.683,52	31.556.270,52	9.843.413,00
339015	DIÁRIAS - MILITAR	10.650.000,00	2.957.885,47	498.349,76	13.109.535,71	11.900.039,62	1.209.496,09
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	24.460.968,00	2.464.420,00	1.434.420,00	25.490.968,00	24.164.757,71	1.326.210,29
339019	AUXÍLIO FARDAMENTO	6.000,00	-	-	6.000,00	-	6.000,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	228.413.362,00	61.895.964,86	50.905.991,47	239.403.335,39	202.646.837,52	36.756.497,87
339031	PREMIAÇÕES CULT. ART. CIENT. DESPORTIVA	-	483.060,00	22.884,30	460.175,70	389.535,29	70.640,41
339032	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	578.500,00	548.370,00	71.218,40	1.055.651,60	834.041,61	221.609,99
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	9.409.501,00	5.144.208,50	1.754.463,18	12.799.246,32	8.279.492,48	4.519.753,84
339035	SERVIÇO DE CONSULTORIA	34.482.050,00	4.231.903,00	10.869.346,23	27.844.606,77	13.659.887,13	14.184.719,64
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	77.989.778,00	9.048.403,85	17.953.308,60	69.084.873,25	53.985.823,75	15.099.049,50
339037	LOCAÇÃO DE MÃO- DE - OBRA	27.894.328,00	31.596.070,17	2.612.894,84	56.877.503,33	50.468.579,14	6.408.924,19
339038	ARRENDAMENTO MERCANTIL	100.000,00	50.000,00	26.000,00	124.000,00	123.451,82	548,18
339039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	711.217.848,00	148.915.856,61	192.051.718,66	668.081.985,95	511.540.776,14	156.541.209,81
339045	EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS	100.000,00	-	99.529,42	470,58	470,58	-
339046	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	126.945.266,00	15.074.662,40	18.850.744,20	123.169.184,20	121.526.921,74	1.642.262,46
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.851,00	44.743.827,00	13.512.870,63	33.912.807,37	31.648.502,58	2.264.304,79
339048	OUTROS AUXÍLIOS FIN. A PESSOAS FÍSICAS	13.313.500,00	6.567.000,00	2.873.320,00	17.007.180,00	5.639.193,60	11.367.986,40
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	2.144.180,00	3.000,00	562.500,00	1.584.680,00	1.411.262,45	173.397,55
339067	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	19.140,00	-	12.000,00	7.140,00	-	7.140,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	9.158.374,00	150.000,00	260.180,36	9.048.193,64	8.798.999,88	249.193,76
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.127.756,00	17.753.279,26	11.676.172,24	20.204.863,02	17.107.899,11	3.096.963,91
339093	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	8.708.110,00	4.818.406,74	2.811.767,40	10.714.749,34	4.897.392,44	5.817.356,90
339095	INDENIZAÇÃO P/EXEC. TRABALHO DE CAMPO	104.383,00	-	90.000,00	14.383,00	10.000,00	4.383,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	3.734.946.094,00	352.553.003,20	472.846.171,94	3.614.652.925,26	1.834.626.085,14	1.780.026.840,12
440000	INVESTIMENTOS	1.429.544.579,00	252.870.389,21	312.447.582,40	1.369.967.385,81	454.351.591,45	915.615.794,36
442000	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	1.436.800,00	1.791.960,50	1.451.300,00	1.777.460,50	732.753,92	1.044.706,58
442042	AUXÍLIOS	85.500,00	1.691.960,50	-	1.777.460,50	732.753,92	1.044.706,58
442051	OBRAS E INSTALAÇÕES	189.400,00	100.000,00	289.400,00	-	-	-
442052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.161.900,00	-	1.161.900,00	-	-	-
443000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DF	100.000,00	-	-	100.000,00	-	100.000,00
443042	AUXÍLIOS	100.000,00	-	-	100.000,00	-	100.000,00
444000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	58.736.713,00	47.475.821,99	27.307.114,62	78.905.420,37	57.516.376,15	21.389.044,22
444041	CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	-	-	200.000,00	172.711,65	27.288,35
444042	AUXÍLIOS	56.145.913,00	47.475.821,99	24.916.314,62	78.705.420,37	57.343.664,50	21.361.755,87
444051	OBRAS E INSTALAÇÕES	983.800,00	-	983.800,00	-	-	-
444052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.407.000,00	-	1.407.000,00	-	-	-
445000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	70.271.850,00	19.783.706,20	60.805.718,50	29.249.837,70	12.424.706,23	16.825.131,47
445041	CONTRIBUIÇÕES	445.000,00	50.000,00	-	495.000,00	352.898,36	142.101,64
445042	AUXÍLIOS	56.241.850,00	19.618.706,20	47.226.718,50	28.633.837,70	12.017.620,78	16.616.216,92
445051	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.990.000,00	55.000,00	2.984.000,00	61.000,00	54.187,09	6.812,91
445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	10.595.000,00	60.000,00	10.595.000,00	60.000,00	-	60.000,00
446000	TRANSF. A INST. PRIV. C/FINS LUCRATIVO	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
446041	CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	-	-	1,000,00	-	1,000,00
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.298.998.216,00	183.818.900,52	222.883.449,28	1.259.933.667,24	383.677.755,15	876.255.912,09
449004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	21.500,00	-	-	21.500,00	-	21.500,00
449030	MATERIAL DE CONSUMO	5.050,00	-	-	5.050,00	-	5.050,00
449033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.050,00	-	-	6.050,00	-	6.050,00
449035	SERVIÇO DE CONSULTORIA	341.500,00	-	29.000,00	312.500,00	-	312.500,00
449036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA	31.000,00	-	-	31.000,00	5.250,00	25.750,00
449037	LOCAÇÃO DE MÃO- DE - OBRA	334.060,00	-	324.000,00	10.060,00	-	10.060,00
449039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	437.517,00	280.000,00	693.227,00	24.290,00	8.312,00	15.978,00
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.110.231.411,00	122.059.593,98	155.896.766,75	1.076.394.238,23	294.650.249,26	781.743.988,97
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	175.263.160,00	58.988.813,97	63.835.966,96	170.416.007,01	81.801.718,13	88.614.288,88
449061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	3.506.140,00	2.000.000,00	570.000,00	4.938.140,00	3.000.000,00	1.938.140,00
449091	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.420.805,00	-	-	3.420.805,00	3.416.375,93	4.429,07
449092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.594.003,00	318.992,57	617.988,57	3.295.007,00	644.078,98	2.650.928,02
449093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.806.020,00	171.500,00	918.500,00	1.061.020,00	151.770,85	909.249,15
450000	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.516.625.618,00	99.682.613,99	22.768.150,00	1.593.540.081,99	1.000.148.184,53	593.393.897,46
459000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.516.625.618,00	99.682.613,99	22.768.150,00	1.593.540.081,99	1.000.148.184,53	593.393.897,46

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2002

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
459061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	41.321.800,00	3.081.000,00	633.000,00	43.769.800,00	2.464.592,20	41.305.207,80
459062	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	20.980.000,00	115.000,00	73.000,00	21.022.000,00	4.160.686,45	16.861.313,55
459063	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITOS	643.760.000,00	-	-	643.760.000,00	194.021.701,46	449.738.298,54
459065	CONST. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESA	743.436.050,00	86.842.613,99	14.591.950,00	815.686.713,99	764.468.408,25	51.218.305,74
459066	CONC. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	66.974.768,00	9.644.000,00	7.470.200,00	69.148.568,00	35.030.796,17	34.117.771,83
459092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	153.000,00	-	-	153.000,00	-	153.000,00
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	788.775.897,00	-	137.630.439,54	651.145.457,46	380.128.309,16	271.017.148,30
469000	APLICAÇÕES DIRETAS	788.775.897,00	-	137.630.439,54	651.145.457,46	380.128.309,16	271.017.148,30
469071	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	788.775.197,00	-	137.630.439,54	651.144.757,46	380.128.309,16	271.016.448,30
469072	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
469073	CORREÇÃO MON. CAMB. DIV. CONTR. RESGATADA	200,00	-	-	200,00	-	200,00
469074	CORREÇÃO MDN. CAMB. DIV. MOBIL. RESGATADA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
469075	CORREÇÃO MON. DIV. O C ANTEC. RECEITA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
469077	PRINCIPAL CORRIG. DIV. CONTR. REFIN.	200,00	-	-	200,00	-	200,00
900000	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	5.000.000,00	-	4.852.500,00	147.500,00	-	147.500,00

Florianópolis, 13 de outubro de 2004

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC N.º 15.874

VILSON COELHO
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC/SC N.º 7.678

ANEXO IV

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
000000	DESPESAS ORÇAMENTÁRIA	9.523.876.377,00	2.982.322.501,53	2.566.128.480,44	9.940.070.398,09	7.063.866.302,87	2.876.204.095,22
300000	DESPESAS CORRENTES	6.171.440.231,00	1.867.097.106,04	1.028.697.646,56	7.009.839.690,48	6.272.912.213,89	736.927.476,79
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.766.883.790,00	886.368.857,88	407.161.054,70	3.246.091.593,18	3.058.337.946,03	187.753.647,15
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.766.883.790,00	886.368.857,88	407.161.054,70	3.246.091.593,18	3.058.337.946,03	187.753.647,15
319001	APOSENTARIAS E REFORMAS	678.407.595,00	292.490.532,03	75.112.954,63	895.785.172,40	867.195.928,17	28.589.244,23
319003	PENSÕES	235.196.145,00	17.210.777,08	15.488.827,08	236.918.095,00	235.185.857,37	1.732.237,63
319004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	115.042.600,00	30.291.100,00	4.819.298,55	140.514.401,45	110.083.493,10	30.430.908,35
319007	CONTRIBUIÇÃO ENTID. FECH. PREVIDÊNCIA	5.120.000,00	68.000,00	252.000,00	4.936.000,00	4.934.188,39	1.811,61
319009	SALÁRIO FAMÍLIA	659.584,00	189.576,03	161.643,80	687.516,23	371.040,85	316.475,38
319011	VENC. E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.189.545.994,00	360.046.456,15	229.624.638,12	1.319.967.812,03	1.265.178.189,86	54.789.622,17
319012	VENC.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	229.416.454,00	61.550.000,00	76.923,75	290.889.530,25	290.872.078,28	17.451,97
319013	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	161.187.560,00	59.951.944,72	34.277.260,98	186.862.243,74	173.271.636,38	13.590.607,36
319016	OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	46.930.075,00	18.305.064,27	17.560.855,68	47.674.283,59	26.067.346,10	21.606.937,49
319017	OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	8.030.000,00	2.350.000,00	29.400,00	10.350.600,00	3.256.549,26	7.094.050,74
319067	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	50.000,00	-	38.000,00	12.000,00	10.881,04	1.118,96
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	26.234.514,00	11.973.513,10	3.685.113,10	34.522.914,00	22.310.736,69	12.212.177,31
319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.043.361,00	23.707.735,06	21.238.283,44	66.512.812,62	51.140.704,52	15.372.108,10
319094	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.170.000,00	4.192.011,00	461.500,00	4.900.511,00	4.221.633,25	678.877,75
319096	RESSARC. DE DESP. DE PESS. REQUISITADA	5.849.908,00	4.042.148,44	4.334.355,57	5.557.700,87	4.237.682,77	1.320.018,10
320000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	339.224.426,00	105.000.000,00	27.000.000,00	417.224.426,00	404.264.779,50	12.959.646,50
329000	APLICAÇÕES DIRETAS	339.224.426,00	105.000.000,00	27.000.000,00	417.224.426,00	404.264.779,50	12.959.646,50
329021	JURDS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	330.314.326,00	103.000.000,00	27.000.000,00	406.314.326,00	396.211.998,76	10.102.327,24
329022	OUTROS ENCARGOS S/ A DÍVIDA POR CONTRATO	8.910.000,00	2.000.000,00	-	10.910.000,00	8.052.780,74	2.857.219,26
329025	ENCARGOS S/OPER. CRED. ANTEC. RECEITA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.065.332.015,00	875.728.248,16	594.536.591,86	3.346.523.671,30	2.810.309.488,16	536.214.183,14
332000	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	7.024.300,00	4.894.300,00	6.727.300,00	5.191.300,00	1.389.051,15	3.802.248,85
332014	DIÁRIAS - CIVIL	80.000,00	80.000,00	160.000,00	-	-	-
332030	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	10.000,00	20.000,00	-	-	-
332041	CONTRIBUIÇÕES	6.804.300,00	4.624.300,00	6.417.300,00	5.011.300,00	1.381.776,57	3.629.523,43
332093	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES	130.000,00	180.000,00	130.000,00	180.000,00	7.274,58	172.725,42
333000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DF	98.000,00	98.000,00	196.000,00	-	-	-
333014	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00	10.000,00	20.000,00	-	-	-
333030	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	40.000,00	80.000,00	-	-	-
333035	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	28.000,00	28.000,00	56.000,00	-	-	-
333036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA	20.000,00	20.000,00	40.000,00	-	-	-
334000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.307.633.886,00	158.348.842,97	60.901.804,70	1.405.080.924,27	1.392.537.710,69	12.543.213,58
334036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA	131.000,00	20.000,00	40.000,00	111.000,00	-	111.000,00
334039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	31.000,00	-	-	31.000,00	-	31.000,00
334041	CONTRIBUIÇÕES	91.250.468,00	33.643.573,61	60.781.804,70	64.112.236,91	51.791.653,95	12.320.582,96
334043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	50.000,00	40.000,00	80.000,00	10.000,00	-	10.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
334081	DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA	1.216.171.418,00	124.143.764,36	-	1.340.315.182,36	1.340.244.552,36	70.630,00
334092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	501.505,00	-	501.505,00	501.504,38	0,62
335000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	135.801.494,00	51.832.130,32	55.856.598,86	131.777.025,46	103.857.084,32	27.919.941,14
335039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	840.000,00	1.746.893,61	970.000,00	1.616.893,61	1.074.960,19	541.933,42
335041	CONTRIBUIÇÕES	58.678.947,00	29.196.102,71	31.925.107,00	55.949.942,71	37.341.740,02	18.608.202,69
335043	SUBVENÇÕES SOCIAIS	76.282.547,00	20.889.134,00	22.961.491,86	74.210.189,14	65.440.384,11	8.769.805,03
336000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	6.002.725,00	2.275.000,00	1.585.000,00	6.692.725,00	263.632,53	6.429.092,47
336041	CONTRIBUIÇÕES	6.002.725,00	2.275.000,00	1.585.000,00	6.692.725,00	263.632,53	6.429.092,47
338000	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	30.000,00	30.000,00	60.000,00	-	-	-
338004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00	10.000,00	20.000,00	-	-	-
338033	PASSAGENS E DESP. C/LOCOMOÇÃO	20.000,00	20.000,00	40.000,00	-	-	-
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.608.741.610,00	658.249.974,87	469.209.888,30	1.797.781.696,57	1.312.262.009,47	485.519.687,10
339004	CONTRATAÇÃO TEMPO DETERMINADO	9.000,00	550.000,00	4.000,00	555.000,00	475.000,00	80.000,00
339005	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	48.068.128,00	450.000,00	-	48.518.128,00	46.889.066,12	1.629.061,88
339008	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	5.436.000,00	865.586,50	1.610.472,70	4.691.113,80	3.463.807,46	1.227.306,34
339009	SALÁRIO FAMÍLIA	1.000,00	-	1.000,00	-	-	-
339010	OUTROS BENEF. NATUREZA SOCIAL	239.800,00	112.300,00	249.100,00	103.000,00	-	103.000,00
339014	DIÁRIAS - CIVIL	48.314.389,00	19.762.283,85	14.741.284,18	53.335.388,67	35.581.792,72	17.753.595,95
339015	DIÁRIAS - MILITAR	14.620.450,00	5.659.979,37	6.401.440,00	13.878.989,37	12.154.383,12	1.724.606,25
339016	OUTRAS DESP. VAR. - PESSOAL CIVIL	220.000,00	1.000,00	210.000,00	11.000,00	-	11.000,00
339017	OUTRAS DESP. VAR. - PESSOAL MILITAR	30.000,00	-	30.000,00	-	-	-
339018	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	29.790.057,00	85.000,00	3.850.000,00	26.025.057,00	25.880.605,88	144.451,12
339019	AUXÍLIO FARDAMENTO	6.000,00	-	5.000,00	1.000,00	-	1.000,00
339027	ENC. HONRA AVAIS, GARANTIAS, SEG.	200,00	-	-	200,00	-	200,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	301.023.427,00	216.055.036,38	89.317.195,93	427.761.267,45	315.577.777,06	112.183.490,39
339031	PREMIAÇÕES CULT. ART. CIENT. DESPORTIVA	607.000,00	625.000,00	557.000,00	675.000,00	353.397,70	321.602,30
339032	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.966.000,00	2.271.500,00	757.180,65	3.480.319,35	1.923.564,76	1.556.754,59
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	14.610.447,00	5.668.319,34	5.934.792,29	14.343.974,05	7.737.770,08	6.606.203,97
339035	SERVIÇO DE CONSULTORIA	29.879.338,00	24.538.680,96	17.859.919,39	36.558.099,57	22.176.399,22	14.381.700,35
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	84.035.271,00	20.896.164,28	32.164.794,66	72.766.640,62	53.333.671,74	19.432.968,88
339037	LOCAÇÃO DE MÃO- DE - OBRA	65.124.158,00	36.508.471,74	22.985.234,14	78.647.395,60	70.241.944,35	8.405.451,25
339038	ARRENDAMENTO MERCANTIL	100.000,00	-	94.000,00	6.000,00	5.253,36	746,64
339039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	727.537.554,00	259.696.756,95	229.786.211,04	757.448.099,91	502.028.374,82	255.419.725,09
339045	EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS	100.000,00	100.000,00	200.000,00	-	-	-
339046	AUXÍLIO - ALIMENTAÇÃO	127.866.218,00	25.600.669,13	16.713.705,41	136.753.181,72	126.417.596,09	10.335.585,63
339047	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	54.730.132,00	12.705.438,13	2.923.699,84	64.511.870,29	56.409.395,48	8.102.474,81
339048	OUTROS AUXÍLIOS FIN. A PESSOAS FÍSICAS	19.632.727,00	1.567.477,00	7.021.477,00	14.178.727,00	1.413.828,47	12.764.898,53
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	3.952.600,00	657.388,00	1.091.118,00	3.518.870,00	3.039.506,71	479.363,29
339067	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	100,00	-	-	100,00	-	100,00
339091	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.832.321,00	4.768.002,77	752.000,00	5.848.323,77	1.968.551,25	3.879.772,52

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.070.365,00	9.294.016,47	9.576.590,48	18.787.790,99	13.504.839,62	5.282.951,37
339093	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	9.938.828,00	9.810.904,00	4.372.672,59	15.377.059,41	11.685.483,46	3.691.575,95
339095	INDENIZAÇÃO P/EXEC. TRABALHO DE CAMPO	100,00	-	-	100,00	-	100,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	3.345.984.868,00	1.109.225.395,49	1.524.985.136,11	2.930.225.127,38	790.954.089,18	2.139.271.038,20
440000	INVESTIMENTOS	1.174.890.231,00	1.034.826.792,69	1.035.216.159,55	1.174.500.864,14	511.702.071,84	662.798.792,30
442000	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO	2.417.274,00	2.337.274,00	2.357.274,00	2.397.274,00	302.852,37	2.094.421,63
442042	AUXÍLIOS	2.417.274,00	2.337.274,00	2.357.274,00	2.397.274,00	302.852,37	2.094.421,63
443000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DF	20.000,00	20.000,00	40.000,00	-	-	-
443052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00	20.000,00	40.000,00	-	-	-
444000	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	64.866.420,00	68.335.176,00	37.751.493,05	95.450.102,95	44.999.233,26	50.450.869,69
444041	CONTRIBUIÇÕES	530.000,00	530.000,00	558.000,00	502.000,00	159.063,00	342.937,00
444042	AUXÍLIOS	64.171.420,00	66.920.193,95	36.252.511,00	94.839.102,95	44.798.170,26	50.040.932,69
444051	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000,00	236.000,00	334.000,00	7.000,00	-	7.000,00
444052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00	648.982,05	606.982,05	102.000,00	42.000,00	60.000,00
445000	TRANSF. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVO	21.067.160,00	17.827.718,30	16.618.945,65	22.275.932,65	10.620.131,46	11.655.801,19
445041	CONTRIBUIÇÕES	650.000,00	500.000,00	-	1.150.000,00	424.239,09	725.760,91
445042	AUXÍLIOS	20.332.160,00	16.492.718,30	16.459.945,65	20.364.932,65	9.440.790,69	10.924.141,96
445051	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00	810.000,00	120.000,00	750.000,00	750.000,00	-
445052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	25.000,00	25.000,00	39.000,00	11.000,00	5.101,68	5.898,32
446000	TRANSF. A INST. PRIV. C/FINS LUCRATIVO	41.000,00	-	-	41.000,00	-	41.000,00
446041	CONTRIBUIÇÕES	41.000,00	-	-	41.000,00	-	41.000,00
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.086.478.377,00	946.306.624,39	978.448.446,85	1.054.336.554,54	455.779.854,75	598.556.699,79
449004	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
449030	MATERIAL DE CONSUMO	50,00	-	-	50,00	-	50,00
449033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	100,00	-	-	100,00	-	100,00
449035	SERVIÇO DE CONSULTORIA	320.000,00	70.000,00	28.500,00	361.500,00	-	361.500,00
449036	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. FÍSICA	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
449037	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.000,00	-	-	1.000,00	-	1.000,00
449039	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	15.000,00	-	-	15.000,00	4.665,38	10.334,62
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	883.249.949,00	826.975.086,64	875.137.013,37	835.088.022,27	342.305.641,16	492.782.381,11
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	195.003.725,00	112.645.346,01	98.394.481,06	209.254.589,95	110.208.008,65	99.046.581,30
449061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.253.000,00	1.515.000,00	1.644.252,86	4.123.747,14	2.055.747,14	2.068.000,00
449091	SENTENÇAS JUDICIAIS	146.500,00	190.500,00	145.500,00	191.500,00	143.412,45	48.087,55
449092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.331.953,00	4.580.691,74	2.948.699,56	4.963.945,18	880.206,27	4.083.738,91
449093	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.100,00	330.000,00	150.000,00	335.100,00	182.173,70	152.926,30
450000	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.472.478.662,00	64.398.602,80	21.668.550,00	1.515.208.714,80	51.119.558,09	1.464.089.156,71
459000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.472.478.662,00	64.398.602,80	21.668.550,00	1.515.208.714,80	51.119.558,09	1.464.089.156,71
459061	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	40.864.800,00	46.935.457,24	2.440.000,00	85.360.257,24	7.110.355,19	78.249.902,05
459062	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	19.525.000,00	450.000,00	241.000,00	19.734.000,00	4.723.895,18	15.010.104,82
459063	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITOS	643.760.000,00	-	-	643.760.000,00	-	643.760.000,00

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 11, DA LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO DE 2003

ITEM	TÍTULOS	CRÉDITO				EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
		ORÇADO	(+) SUPLEMENTADO	(-) ANULADO	(=) TOTAL		
459065	CONST. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESA	712.309.050,00	9.840.145,56	11.410.050,00	710.739.145,56	14.380.000,00	696.359.145,56
459066	CONC. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	55.799.812,00	6.980.000,00	7.507.500,00	55.272.312,00	24.737.955,96	30.534.356,04
459092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	220.000,00	193.000,00	70.000,00	343.000,00	167.351,76	175.648,24
460000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	698.615.975,00	10.000.000,00	468.100.426,56	240.515.548,44	228.132.459,25	12.383.089,19
469000	APLICAÇÕES DIRETAS	698.615.975,00	10.000.000,00	468.100.426,56	240.515.548,44	228.132.459,25	12.383.089,19
469071	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	698.615.475,00	10.000.000,00	468.100.426,56	240.515.048,44	228.132.459,25	12.382.589,19
469073	CORREÇÃO MON. CAMB. DIV. CONTR. RESGATADA	200,00	-	-	200,00	-	200,00
469075	CORREÇÃO MON. DIV. O C ANTEC. RECEITA	100,00	-	-	100,00	-	100,00
469077	PRINCIPAL CORRIG. DIV. CONTR. REFIN.	200,00	-	-	200,00	-	200,00
900000	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	6.451.278,00	8.000.000,00	12.445.697,77	5.580,23	-	5.580,23

Florianópolis, 13 de outubro de 2004

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRC-SC N.º 15.874

VILSON COELHO
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADOR CRC/SC N.º 7.678

REINALDO NERI PEREIRA
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - CODESC
MATRÍCULA 294.365